

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL

EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ANÁLISE DE PRIORIDADES NA DEFINIÇÃO DAS AGENDAS
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS GOVERNADORES DO
DISTRITO FEDERAL**

**MARIANA CRISTINA RODRIGUES
GONÇALVES VITÓRIA RESENDE**

Brasília-DF, 2023

KATIUSCIA FERREIRA DE SOUZA BERNAT

**ANÁLISE DE PRIORIDADES NA DEFINIÇÃO DAS
AGENDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS
GOVERNADORES DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Roberto Rocha Coelho Pires

Brasília-DF 2023

**MARIANA CRISTINA RODRIGUES GONÇALVES
VITÓRIA RESENDE**

**ANÁLISE DE PRIORIDADES NA DEFINIÇÃO DAS
AGENDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS
GOVERNADORES DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 27 / 11 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Roberto Rocha Coelho Pires- Orientador

Prof. Dr. Alexandre de Avila Gomide – Membro Interno

Profa. Dra. Tatiana Lemos Sandim – Membro Externo

R433a Resende, Mariana Cristina Rodrigues Gonçalves Vitória
Análise de Prioridades na definição das agendas de políticas públicas dos governadores do Distrito Federal / Mariana Cristina Rodrigues Gonçalves Vitória Resende. – Brasília: IDP, 2023.

92 p.

Dissertação – Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Curso de Administração Pública, Brasília, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Rocha Coelho Pires.

1. Mudança de Governo - políticas públicas. 2. Agenda de políticas públicas.
3. Diversidade - políticas públicas - Distrito Federal. I. Título.

CDD: 351

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar comparativamente as Mensagens de abertura das últimas sete legislaturas encaminhadas pelos governadores à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em atendimento à exigência da Lei Orgânica distrital, a fim de verificar se existem diferenças expressivas entre os temas de políticas públicas retratados nas agendas de prioridades dos governadores do Distrito Federal no período de 1999 a 2023 além de avaliar os aspectos relacionados à capacidade e diversidade dos temas tratados para averiguar se a mudança de governo é um fator determinante para o direcionamento da política pública. A ferramenta metodológica utilizada para analisar as Mensagens foi a codificação proposta pelo *Comparative Agendas Project* – CAP. Os resultados e discussões decorrentes da análise desse documento ao longo dos anos comprovam o fato de que tanto a reeleição quanto as janelas de oportunidade são responsáveis pela manutenção de políticas públicas. Foi possível verificar também que o macrocódigo 20 - Governo e Administração Pública é um tema que ao longo dos anos passou a ocupar lugar de destaque nos documentos Mensagem.

Palavras-chaves: agenda de políticas públicas; Governo do Distrito Federal; documento Mensagem; mudança de governo; *Comparative Agendas Project* – CAP.

ABSTRACT

The present work aims to comparatively analyze the Opening Messages of the last seven legislatures sent by the governors to the Legislative Chamber of the Federal District, in compliance with the requirement of the district Organic Law, in order to verify whether there are significant differences between the public policy themes portrayed in the agendas. of priorities of the governors of the Federal District in the period from 1999 to 2023, in addition to evaluating aspects related to the capacity and diversity of the topics covered to determine whether the change of government is a determining factor in the direction of public policy. The methodological tool used to analyze the Messages was the coding proposed by the Comparative Agendas Project – CAP. The results and discussions arising from the analysis of this document over the years prove the fact that both re-election and windows of opportunity are responsible for maintaining public policies. It was also possible to verify that macrocode 20 - Government and Public Administration is a topic that over the years has come to occupy a prominent place in Mensagem documents.

Keywords: public policy agenda; Government of the Federal District; document Message; change of government; Comparative Agendas Project – CAP.

SUMÁRIO

1	Introdução: contextualização, justificativa e objetivos	9
----------	--	----------

2	Referencial teórico	14
----------	----------------------------------	-----------

	Definição da agenda: o cerne da questão.	14
--	---	-----------

	Delimitação do problema: a relevância dos atores.	16
--	--	-----------

	Avaliação do tempo: o momento oportuno para atuar.....	18
--	--	-----------

	Delimitação do objeto: como são tratadas as demandas?.....	19
--	--	-----------

3	METODOLOGIA	22
----------	--------------------------	-----------

	<i>Comparative Agendas Project</i> e a adaptação para a realidade distrital	23
--	---	-----------

4	RESULTADOS	31
----------	-------------------------	-----------

	Análise do documento Mensagem do ano de 1999.....	34
--	---	-----------

	Análise do documento Mensagem do ano de 2003.	38
--	--	-----------

	Análise do documento Mensagem do ano de 2007.	42
--	--	-----------

	Análise do documento Mensagem do ano de 2011.	46
--	--	-----------

	Análise do documento Mensagem do ano de 2015.	50
--	--	-----------

	Análise do documento Mensagem do ano de 2019.	53
--	--	-----------

	Análise do documento Mensagem do ano de 2023.	58
--	--	-----------

	Análise comparada dos documentos Mensagem ao longo dos anos de 1999 a 2023.	63
--	--	-----------

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
----------	-----------------------------------	-----------

6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
----------	---	-----------



1

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A definição da agenda é um componente elementar no processo de formulação de políticas públicas. Ela carrega consigo o condão de direcionar a atenção governamental, influenciando diretamente as possibilidades de atuação subsequentes. Isso implica dizer que se trata de processo fundamental por meio do qual as necessidades e as carências sociais passam a ser consideradas ou não objetos de atenção prioritária para os governantes.

Como ator chave no processo de definição da agenda, a autoridade máxima do poder executivo não só personifica a representação do povo, como também delimita e direciona o curso das políticas públicas.

Essa figura concentra em si tanto a legitimidade quanto a autoridade para agir em nome do povo. Trata-se de inigualável vantagem em relação aos demais atores que disputam a atenção na definição da agenda. Nenhum outro ator gozará de semelhante prerrogativa, razão pela qual é tão peculiar o estudo do documento em que esta autoridade eleita pela população destaca os temas de políticas públicas que pretende abordar em seu governo.

A atenção presidencial tem sido objeto de estudo do Laboratório de Agenda Governamental no Brasil e a análise do conteúdo das mensagens presidenciais consiste em um dos indicadores mais utilizados pela literatura na investigação da agenda.

Os estudos conduzidos pela equipe do *Comparative Agendas Project* - CAP no Brasil são responsáveis por incluir o país nas comparações mundiais de agenda, entretanto, em nível distrital, não foram localizados estudos semelhantes, razão pela qual propõe-se o presente trabalho.

Ao disponibilizar os dados referentes à realidade distrital, pretende-se que um conjunto de informações relacionadas a diversos governos possibilite múltiplas análises. Trata-se de aplicar a metáfora

utilizada pela equipe do CAP que afirma que um telescópio maior aumenta a capacidade de se fazer descobertas.

Assim, ao invés de destinar a atenção para um tópico específico de política pública distrital, pretende-se oferecer um compilado de informações sobre as atividades de governo, permitindo, assim, que tanto a diversidade de temas quanto a frequência de menções a cada um deles estejam disponíveis para análise.

O escopo do trabalho, portanto, destina-se a mapear as informações contidas em um dos mais eficientes indicadores de atenção: a Mensagem. Trata-se de um documento oficial, produzido no decorrer das atividades rotineiras, que fundamenta, prova e informa a respeito de uma atividade, e que é encaminhado anualmente à Câmara Legislativa do Distrito Federal, por força do que dispõe o inciso XI do artigo 100 da Lei Orgânica e é elaborado pelo chefe do poder executivo distrital: figura central no processo de inclusão de políticas públicas na agenda governamental.

Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal: (...)

XI – remeter mensagem à Câmara Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Distrito Federal e indicando as providências que julgar necessárias; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Emenda à Lei Orgânica 58 de 24/12/2010\)](#)

Embora o encaminhamento desta Mensagem específica seja anual e o tipo de documento denominado Mensagem seja utilizado em âmbito distrital para diversas outras correspondências entre o chefe do executivo e o presidente da Câmara Legislativa distrital, a análise proposta se restringirá ao documento encaminhado com a finalidade de atender à exigência da Lei Orgânica no primeiro ano de cada mandato do período de 1999 a 2023.

Tendo em vista que esse período permite uma análise desde o começo do século e que é necessário um período mínimo para avaliação da agenda governamental, consideramos que esse seja um intervalo adequado para o presente estudo. Além disso, esse é um tempo suficiente para constatar a constância da utilização do documento na correspondência entre executivo e legislativo.

O documento denominado Mensagem é descrito da seguinte maneira em uma publicação que trata sobre análise diplomática e tipológica de documento de arquivo:

MENSAGEM - documento diplomático informativo, descendente. Instrumento pelo qual o Presidente da República ou os governadores dirigem-se ao povo ou especificamente aos Poderes Legislativo ou Judiciário, como um todo. No caso do Poder Legislativo, em geral, é apresentada no início dos trabalhos legislativos do ano. Por meio da mensagem, o Poder Executivo propõe medidas e presta contas relativas ao exercício anterior. Na área jurídica, é toda comunicação oficial entre os poderes, sobretudo para a proposição de medidas que poderão se transformar em leis. Protocolo inicial: título - MENSAGEM nº... data cronológica. Direção. Texto: a matéria da mensagem. Protocolo final: fecho de cortesia. Assinatura do chefe de Estado, sem que seja datilografado/digitado o seu nome e cargo. (BELLOTTO, 2002, p. 74)

O Manual de Comunicação do Governo do Distrito Federal – documentos eletrônicos especifica, na p.67, que se trata de um documento cuja competência para assinatura é do Governador e que serve “para tratar de assuntos que dependam de deliberação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

Serão, portanto, analisadas comparativamente as Mensagens das últimas sete legislaturas, um período capaz de demonstrar a sucessão governamental por mais de duas décadas, a fim de responder à pergunta de pesquisa: existem diferenças expressivas entre os temas de políticas públicas retratados nas agendas de prioridades dos governadores do Distrito Federal no período de 1999 a 2023?

A partir dessa inquietação, define-se como o objetivo geral deste trabalho analisar comparativamente os temas de políticas públicas retratados pelos governadores no documento denominado Mensagem encaminhado à CLDF no primeiro ano de cada mandato dos anos de 1999 a 2023.

Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Verificar a diversidade de temas tratados pelos governadores no documento denominado Mensagem

encaminhado à CLDF no primeiro ano de cada mandato dos anos de 1999 a 2023.

- Comparar os temas e subtemas com maior frequência em cada um dos governos.
- Verificar se a mudança de governo é um fator determinante para o direcionamento da política pública.

Para alcançar esses objetivos, o trabalho está organizado a partir das seguintes seções: um referencial teórico, com as considerações de alguns autores acerca da agenda governamental; uma metodologia que apresenta os procedimentos envolvidos na análise do documento Mensagem, que é encaminhado pelo chefe do executivo distrital, ator central na formação da agenda, à Câmara Legislativa do Distrito Federal; os resultados e discussões decorrentes da análise desse documento ao longo dos anos e de forma comparada, trazendo, por fim, as considerações finais do trabalho que, dentre outras, comprovam o fato de que tanto a reeleição quanto as janelas de oportunidade são responsáveis pela manutenção de políticas públicas. Foi possível verificar também que Governo e Administração Pública é um tema que ao longo dos anos passou a ocupar lugar de destaque nos documentos Mensagem.



2

REFERENCIAL TEÓRICO

Cumprе ressaltar a centralidade que ocupa a definição da agenda nas discussões sobre a formulação de políticas públicas, a relevância do chefe do executivo, como ator principal tanto no processo de definição quanto de execução das políticas públicas, embora vários outros atores disputem a atenção e concorram para a inclusão de seus pleitos na agenda. Destaque-se ainda a questão relacionada ao momento oportuno para atuação, o que pode modificar o fluxo tanto da formulação quanto da execução das políticas e, por fim, também é necessário evidenciar o que a literatura denomina não decisão, como uma opção para manter certas políticas fora da agenda.

Todas essas questões serão apresentadas a seguir com o intuito de demonstrar como tais aspectos abordados pela literatura se concretizarão logo mais nos resultados da realidade distrital obtidos.

Definição Da Agenda: O Cerne Da Questão

A definição da agenda é tratada por Howlett (2014) como um processo pelo qual os governos decidem quais questões precisam de sua atenção. Rua (2009), por outro lado, destaca as prioridades e as disputa de interesses desse processo. Subirats (2006) afirma que há um jogo de poder onde se constroem legitimidades e ilegitimidades e o ordenamento de alguns valores a outros, mesmo que de forma implícita.

Para Capella (2018), o processo de formação da agenda é fundamental para a formulação de políticas públicas. A complexidade advinda da disputa de atenção, apontada por Rua (2009), é o aspecto central a ser estudado pois destaca o nível da relevância dada pela ação governamental ao longo do tempo aos problemas sociais.

Ao tratar sobre “agenda da sociedade” e “agenda governamental”, Cobb e Elder (1971), enfatizaram que a diferença entre elas está no fato de que a primeira é uma agenda sistêmica, preocupada com questões que afetam a sociedade como um todo,

independentemente de governo e a segunda é uma agenda voltada para o tratamento de problemas que um governo específico elegeu, por esse motivo é considerada uma agenda de decisão.

Capella (2018), por outro lado, relembra os dois principais modelos teóricos sobre a formação da agenda: o proposto por Kingdon em 1984, de Múltiplos Fluxos e o desenvolvido em 1993 por Frank Baumgartner e Brian Jones, de Equilíbrio Pontuado, alegando que a definição de problemas é apontada como elemento fundamental para explicar a formação da agenda, até porque alguns problemas são propositadamente mantidos fora da agenda e conseqüentemente da ação governamental, o que evidencia o binômio “agenda da sociedade” e “agenda governamental”, lembrado por Rua (2009).

Outro aspecto relevante para o entendimento do conceito de agenda é o de “hierarquia de importância”, no qual há disputa por atenção e priorização de relevâncias. Dearing e Rogers (1996) explicam o porquê da disponibilização de apenas algumas informações ao público, o processo de construção da opinião pública e o tratamento político de certas questões.

Ao apresentar a teoria dos múltiplos fluxos, John Kingdon (2003) apresenta o governo como “anarquia organizada”, permeado por três fluxos decisórios: o dos problemas, o das soluções/alternativas e o da política. A formação da agenda depende da convergência desses fluxos, que são operados por empreendedores de políticas, que aproveitam janelas de oportunidades para agir. Há, entretanto, questões, para o autor, que podem não ser caracterizadas como problemas devido à inabilidade do empreendedor de políticas.

Quanto às soluções, ele considera que nem sempre são formuladas para atender especificamente a determinado problema. Em muitos casos, é mais comum que soluções sejam criadas antes mesmo da definição do problema que se pretende atacar. São ideias que permanecem em discussão até que sejam aceitas.

Humor nacional, grupos de pressão e mudanças no governo afetam e podem provocar alterações, bloqueios e até mesmo restringir a permanência de algumas questões na agenda governamental.

A teoria do equilíbrio pontuado considera as pontuações de Kingdon, a existência de subsistemas e a limitação da racionalidade dos atores. Quanto aos subsistemas, o modelo de Baumgartner e Jones

(1993) afirma que é lá que se constrói a estabilidade das políticas, enquanto, no macrosistema, ocorrem as mudanças mais rápidas. O “monopólio de políticas” é o que inibe mudanças por longos períodos e é também o que, quando desestruturado, permite as rápidas mudanças na agenda.

Delimitação Do Problema: A Relevância Dos Atores

Inicialmente os problemas sociais foram entendidos como questões objetivas cujas resoluções estariam simplesmente associadas à capacidade técnica para estudo, coleta e análise de dados. Ocorre que as críticas a essa perspectiva levavam em consideração os juízos subjetivos das construções sociais e as múltiplas perspectivas a elas associadas.

Assim, verificou-se que para analisar os conflitos, é necessário avaliar o nível de envolvimento dos atores em questão e apontar o que a literatura denomina de viés. É desta forma que ocorre a mobilização necessária para tratar o problema. E é, inclusive por isso que alguns problemas são mantidos fora do debate político, enquanto outros são transformados em problemas públicos.

São denominados ganhadores e perdedores os grupos que polarizam a disputa pela atenção. Os primeiros, por serem o grupo dominante, tentam reduzir o conflito; já os segundos, agem no sentido oposto, politizando e expandindo a discussão do problema.

Trata-se de uma representação estratégica de situações, que prioriza determinado ponto de vista a respeito de um problema público apresentado. Por esse motivo a definição do problema é política.

Há, entretanto, questões mais consensuais, denominadas “questões de valência”, que tendem a ser quase inquestionavelmente legítimas. Mas até essas, segundo Baumgartner e Jones (1993) sofrem interferências políticas, por exemplo, quando os atores entendem outros temas como mais importantes e acabam por excluí-las da agenda.

Nessa perspectiva os problemas são entendidos como resultado de um processo de escolhas e não como fatos a serem identificados e diagnosticados. Adicionalmente, Capella (2018) lembra do conceito de *wicked problems*, utilizado pela primeira vez por Rittel e Webber em

1973 para quem os problemas sociais não têm solução, uma vez que são mal definidos, inter-relacionados e baseiam-se em julgamentos.

É por isso que a definição da agenda é apontada, por Howlett (2014), como uma fase crítica da implementação de políticas públicas: porque ela possui o condão de efetivar ou apartar assuntos das arenas de discussão. Há, na verdade, disputa por atenção e controle da agenda de políticas públicas por parte dos atores, sejam eles estatais ou sociais.

Cada ator carrega um tipo de recurso, um tipo de poder capaz de influenciar o pensamento e a atenção para a definição da agenda. O povo, entretanto, como parte mais interessada no processo e teoricamente, o maior público beneficiário das políticas públicas, acaba por desempenhar um pequeno e indireto papel na tomada de decisão, representando apenas um pretexto ou um contexto para a discussão de políticas.

Howlett (2014) chega a afirmar que, embora de modo surpreendente, essa é uma característica das democracias liberais, em que os representantes do povo relegam a opinião pública a uma simples estratégia de atrair eleitores. Os problemas públicos em si não são a motivação da formação da agenda, que pode ser iniciada interna ou externamente.

No primeiro caso, o governo controla quase todos os aspectos da definição do problema. No segundo, é a pressão de indivíduos, grupos e organizações de fora do governo que são refletidas na agenda. Naturalmente, a agenda interna encontra menos dificuldade de implementação que a agenda externa. Mas há outro aspecto curioso a esse respeito: os atores, sejam eles governamentais ou não, competem pelo controle e definição da imagem do problema formulado. A maneira como esse problema é apresentado parece importar mais que o problema em si. É o que Howlett (2014) define como “monopólio de políticas públicas”.

Rua (2009), por outro lado, denomina os atores que afetam a formação da agenda como governamentais ou não governamentais; também como visíveis, a depender da atenção da imprensa e do público atribuída a eles, ou invisíveis, cuja influência está mais vinculada à solução de problemas do que na inclusão/exclusão de questões na agenda governamental.

A autora aponta ainda que há variação no grau de ênfase atribuído aos temas a depender de como os problemas são reconhecidos pelos atores, como as proposições de políticas são efetivadas e que fluxo será seguido a depender das disputas.

Avaliação Do Tempo: O Momento Oportuno Para Atuar

As expressões “janela de políticas públicas” ou “abertura de oportunidade” são utilizadas para destacar o aspecto temporal na definição das políticas públicas. São descritas quatro formas de inclusão oportuna na agenda: uma relacionada ao calendário e às rotinas pré-estabelecidas; outra relacionada ao poder discricionário do tomador de decisão; uma terceira, relacionada a eventualidades, e uma última que é induzida, como em uma reação em cadeia, por janelas abertas em setores a ela relacionados.

Todas essas formas de inclusão na agenda exigem capacidade analítica tanto para prevê-las quanto para esperá-las. Algumas janelas apresentam as situações fortuitas como indutoras da definição de agenda. São caracterizadas por oportunidades momentâneas que precisam ser prontamente aproveitadas, sob pena de perda, em alguns casos, irreparáveis.

O tempo é crucial nesse processo. Uma oportunidade perdida pode trazer grande prejuízo e problemas sociais podem deixar de ser analisados por longos períodos devido à inabilidade dos atores em aproveitar as janelas de oportunidades.

O enquadramento dos problemas públicos em uma agenda, é, portanto, o aspecto central dessa discussão. Soluções ineficazes podem ser adotadas, questões erradas podem ser priorizadas, oportunidades de desenvolver boas políticas públicas podem ser perdidas.

É por essa razão que Howlett (2014) propõe que os gestores públicos adotem estratégias para a definição da agenda, que aproveitem sua posição e recursos para moldar a definição da questão e gerenciem estrategicamente sua entrada na agenda, formando alianças estratégicas com atores não estatais, caso seja necessário, uma vez que, para ele, nada será feito a respeito de um problema público caso não esteja incluído em uma agenda.

Delimitação Do Objeto: Como São Tratadas As Demandas?

As demandas são classificadas por Rua (2009) como novas, recorrentes e reprimidas. As primeiras dizem respeito a mudanças, seja da sociedade, de tecnologias, de atores. São questões que passarão a ser consideradas a partir de então. As demandas recorrentes representam debates mal resolvidos, que, por esse motivo, voltam a figurar nos debates sobre políticas públicas. As últimas, que ela denomina de demandas reprimidas, refletem as situações que embora incomodem a sociedade, não mobilizam as autoridades governamentais. Há também o que ela denomina “não decisão”, que, por estarem apartadas das prioridades dos tomadores de decisão, não são apreciadas, ou, mesmo que incluídas na agenda de maneira forçada, experimentarão muita dificuldade de implementação.

A sobrecarga de demandas consiste na crise que ameaça a estabilidade de um subsistema devido à falta de soluções aplicadas.

Para Rua (2009), um problema público só será incluído em uma agenda governamental se apresentar alguma das seguintes características: mobilização de ação política; reflexo de crise, calamidade, catástrofe ou vantagem relevante para algum ator.

Subirats (2006) destaca ser indiscutível que os interesses privados concorram na formação de políticas públicas, mas ela defende que são necessárias regras a serem observadas por todos que dela participam. E ainda: que lobby, corrupção e falta de transparência explicitam desigualdade.

A agenda pública, que tem sua dinâmica definida por forças políticas, inclui muitos pontos de vista, até mesmo contraditórios, que podem não caber em um mesmo programa.

A estabilidade da agenda do sistema político se deve ao que a autora denomina de âncoras. A fragmentação do sistema político afeta a estabilidade da agenda. Quanto menos estrutura, mais rapidamente pode mudar a agenda. A opinião pública pode afetar mais a agenda do que as políticas. Atores visíveis tendem a afetar mais a agenda. Influenciadores políticos, por outro lado, são menos visíveis. Muitas esferas importantes no desenho das políticas públicas são quase invisíveis para o público em geral.

Na dinâmica de formação da agenda, a autora considera três características gerais que permitem que um determinado tema ou questão receba a atenção necessária dos poderes públicos para ser integrado ao programa de ação. Primeiramente, avaliar o grau de apoio que o tema ou questão pode reunir ou seja, avaliar o impacto geral da questão. Depois, avaliar o seu significado, ou seja, o seu nível de impacto na realidade social. E por último, a viabilidade da solução antecipada ou previsível.

Ao estabelecer uma diferença entre uma questão de relevância pública e a sua inclusão na agenda como um assunto público a ser resolvido, a autora afirma que há uma implicação curiosa: para ela nasce uma definição oficial do problema a ser resolvido. Como se fosse a versão oficial de um problema, mesmo que os atores envolvidos tenham posicionamentos distintos a respeito dele. A autora então adverte que a versão oficial não é única nem acabada. Ela provisoriamente prevalece até que ocorra o debate legislativo, ou posterior implementação administrativa e pode mudar e até mesmo desaparecer da agenda, a depender das forças dos atores envolvidos no debate.

É aí então que a autora afirma que há uma estrutura na qual juízos de valor, considerações subjetivas podem e de fato predominam sobre "fatos subjetivos", que necessariamente passam por decisão política e apontam claramente para o tomador de decisão.

Esses fatores que a autora define como pouco controláveis são responsáveis por deturpar a real finalidade das políticas públicas. Para melhorar a capacidade de decisão e análise sobre os problemas a serem resolvidos, a autora propõe pensar em como fazer perguntas melhores, pois muitas vezes há questões básicas a serem resolvidas antes que problemas de maior vulto sejam incluídos na agenda.



3

3

METODOLOGIA

A análise comparativa foi o método eleito para esta pesquisa, visto que tem por finalidade verificar similitudes e explicar divergências. (LAKATOS, 2011, p. 92) Por meio dela é possível analisar semelhanças e diferenças e traçar correlações, comparações, concordâncias e discordâncias.

Para John Stuart Mill (LAKATOS, 2011, p. 228), que formulou os esquemas básicos da prova lógica referente à correlação entre variáveis, no procedimento experimental, trata-se de um instrumento de explicação e generalização.

Ao utilizar as perguntas como, o que e por que, é possível verificar se critérios são ou não comparáveis.

Ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira “experimentação indireta”. É empregado em estudos de largo alcance (desenvolvimento da sociedade capitalista) e de setores concretos (comparação de tipos específicos de eleições), assim como para estudos qualitativos (diferentes formas de governo) e quantitativos (taxa de escolarização de países desenvolvidos e subdesenvolvidos). Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: num estudo descritivo, pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura (regime presidencialista americano e francês); nas classificações, permite a construção de tipologias (cultura de *folk* e civilização); finalmente, em termos de explicação, pode até certo ponto, apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes. (LAKATOS, 2017, p. 109)

A definição clara de critérios em determinado contexto é um elemento relevante para a análise comparativa. Portanto, para essa pesquisa optou-se por aplicar o *Comparative Agendas Project e seu Master Codebook*: uma ferramenta internacionalmente utilizada, que categoriza os temas de políticas públicas de forma global.

Assume-se, portanto, nessa pesquisa, que o *Master Codebook* é o critério ao qual serão submetidos os achados dos documentos Mensagem e que eles serão analisados à luz dessa codificação internacionalmente validada.

Assim, com o intuito de responder assertivamente à pergunta de pesquisa que visa verificar se existem diferenças expressivas entre os temas de políticas públicas retratados nas agendas de prioridades dos governadores do Distrito Federal no período de 1999 a 2023, a análise comparativa pareceu a melhor opção a ser utilizada.

É por meio dela que se pretende avaliar os dados constantes nas Mensagens encaminhadas do chefe do executivo distrital à Câmara Legislativa.

Comparative Agendas Project e a adaptação para a realidade distrital

A atenção quanto aos temas de políticas públicas que entram na agenda governamental é comparada internacionalmente ao longo do tempo por meio do *Comparative Agendas Project* e seu *Master Codebook*.

Cada país participante do projeto alimenta e monitora os dados relativos às suas atividades de formulação de políticas, o que permite a avaliação de tendências.

O sistema de codificação, que utiliza 23 tópicos principais e mais de 200 subtópicos para codificar essas atividades orienta a aplicação da classificação aos documentos analisados.

Ana Cláudia Niedhardt Capella e Felipe Gonçalves Brasil, com a colaboração de alunos de graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e alunos de pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), foram os responsáveis por coletar originalmente os dados brasileiros.

Tomando por base o trabalho realizado pelo Laboratório de Estudos sobre a Agenda Governamental, com seu Manual de Codificação, elaborado pelos pesquisadores brasileiros, a partir do *Master Codebook*, pretendeu-se, com este trabalho, mapear a agenda de prioridades do governo do Distrito Federal ao longo de alguns anos.

Foram necessárias algumas alterações nas regras do Manual de Codificação, que serão explicitadas, a fim de possibilitar um recorte mais preciso da realidade distrital.

O fato de o instrumento ter sido pensado para uma realidade nacional parece ser a justificativa para a recomendação de incluir sob um mesmo código, todo e qualquer assunto que envolva a capital federal.

Essa regra, no contexto em que foi criada, parece dar relevância aos temas de políticas públicas afetos à capital, de forma a concentrar em um único código todo e qualquer tema que tangencie o governo do Distrito Federal em se tratando de uma análise da agenda prioritária nacional.

Entretanto, como a finalidade do presente trabalho deixa de lado o aspecto nacional da pesquisa para se dedicar exclusivamente à realidade distrital, a ideia de reunir todas as políticas sob um único código não parece ser conveniente, razão pela qual essa regra contida no Manual de Codificação foi desconsiderada para a realização da presente pesquisa.

No que diz respeito à coleta de dados, cada país os organiza por tipo e projeto, o que direciona a análise. Os conjuntos de dados apresentados pelo Laboratório de Estudos sobre a Agenda Governamental do Brasil reúnem decretos executivos, mensagens ao Congresso, discursos de investidura presidencial e medidas provisórias.

Para a presente pesquisa, em nível distrital, foram analisadas tão somente as mensagens à Câmara Legislativa encaminhadas na abertura da sessão legislativa.

Em nível nacional, o conjunto de dados denominado mensagens ao congresso reúne informações sobre trechos contidos na Introdução de Mensagens ao Congresso, enviadas pelo Presidente do Brasil todos os anos. Cada um dos trechos é submetido à análise para categorização de acordo com o Manual de Codificação.

Em nível distrital, foi aplicado o mesmo critério, uma vez que o documento denominado Mensagem é encaminhado do Governador

do Distrito Federal para o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme disposto no artigo 100, XI, da Lei Orgânica, na abertura da sessão legislativa, com o objetivo de expor a situação do Distrito Federal e indicar as providências que julgar necessárias.

Como o presidente é considerado ator central ao processo de agenda-setting, (Baumgartner & Jones, 1993; Kingdon, 2003), a análise do conteúdo de suas mensagens consiste em um dos indicadores mais utilizados pela literatura na investigação da agenda.

De modo semelhante, o governador do Distrito Federal é considerado ator central para as finalidades do presente estudo, razão pela qual o documento encaminhado por ele ao legislativo no início do mandato materializa as prioridades a serem atendidas em seu governo.

A escolha do tipo de documento denominado Mensagem para o presente estudo deve-se ao fato de ele ser periodicamente encaminhado e possuir teor previamente definido em legislação, o que permite a análise comparada de seu conteúdo ao longo do tempo, fator esse que contribuirá com a evolução do estudo.

A Análise Dos Dados Distritais

O primeiro desafio consistiu na coleta de dados. Os documentos não se encontravam prontamente disponíveis para consulta. A disposição de colegas que trabalham tanto da Casa Civil quanto na Câmara Legislativa do Distrito Federal foi determinante para a localização dos documentos, que apesar de serem públicos, não estavam facilmente disponíveis para consulta.

Todos foram entregues em formato digital, escaneados como imagem. Foi necessário utilizar ferramentas de edição para tornar os textos pesquisáveis e otimizar a análise que seria aplicada a cada um deles.

A qualidade da digitalização interferiu de forma negativa na manipulação dos dados, razão pela qual, optou-se por tachar manualmente os textos impressos e fazer as anotações da codificação ao longo das páginas.

Este trabalho apresentará a análise de sete Mensagens que correspondem ao primeiro ano de mandato dos governadores do Distrito Federal, desde o ano de 1999 até 2023.

Quadro dos governadores do Distrito Federal, por ano.	
Ano	Governador
1999 e 2003	Joaquim Roriz
2007	José Roberto Arruda
2011	Agnelo Queiroz
2015	Rodrigo Rollemberg
2019 e 2023	Ibaneis Rocha

Fonte: elaborado pela autora

O presente estudo pretende analisar comparativamente os governos ao longo dos 24 anos compreendidos no período de 1999 a 2023 a fim de responder à pergunta de pesquisa: existem diferenças expressivas entre os temas de políticas públicas retratados nas agendas de prioridades dos governadores do Distrito Federal no período de 1999 a 2023?

Para verificar a atenção dispensada pelos governadores aos temas tratados, os documentos foram lidos, analisados, os trechos relevantes para a análise foram destacados e posteriormente codificados, de acordo com o Manual de Codificação.

As sentenças do texto das Mensagens foram divididas conforme as políticas públicas a que se referenciavam. Por exemplo, o trecho abaixo destacado, extraído da primeira página da Mensagem do ano de 2019, apresenta, em um único parágrafo, menção à diversas políticas públicas:

Desde 1º de janeiro de 2019, o Governo do Distrito Federal tem como único norte encontrar caminhos para melhorar a vida da população – que se mostrava desamparada pela [precariedade dos serviços de saúde](#) e pela [má qualidade do ensino público](#); acuada pela [insegurança nas ruas](#); desalentada pela [falta de emprego](#); insatisfeita com a [debilidade do transporte coletivo](#) e da [infraestrutura](#).

Como o Manual de Codificação prevê 23 códigos que remetem a temas de políticas públicas, cada trecho do documento Mensagem foi

classificado, para que, ao final, fosse possível analisar a diversidade e a capacidade da agenda de políticas públicas proposta pelo governador.

Observa-se que o trecho “precariedade dos serviços de saúde” se refere ao código 3 Saúde. O trecho “pela má qualidade do ensino público;” refere-se ao código 6 Educação. O trecho “acuada pela insegurança nas ruas;”, refere-se ao código 12 Judiciário, Justiça, Crimes e Violência. O trecho “desalentada pela falta de emprego;” refere-se ao código 5 Trabalho, Emprego e Previdência. O trecho “insatisfeita com a debilidade do transporte coletivo” refere-se ao código 10 Transportes e, finalmente o trecho “e da infraestrutura”, refere-se ao código 14. Habitação, Infra-estrutura e Reforma Agrária.

A mesma análise demonstrada no trecho acima foi aplicada em cada um dos sete documentos Mensagem dos anos de 1999 a 2023, totalizando 820 achados, conforme a distribuição apresentada no quadro abaixo, que demonstra a quantidade de páginas e achados para cada documento analisado.

Quadro das Mensagens encaminhadas à CLDF por ano.			
Mensagem	Ano	Quantidade de páginas	Quantidade de achados
Mensagem nº 067/99 - GAG	1999	5	88
Mensagem nº 035/03-GAG	2003	30	105
Mensagem nº 056/2007-GAG	2007	6	39
Mensagem nº 011/2011-GAG	2011	27	47
Mensagem nº 20/2015 - GAG	2015	9	50
Mensagem N° 34/2019 - GAG	2019	16	266
Mensagem nº 037/2023 - GAG/GAB	2023	16	225

Fonte: elaborado pela autora

Foi elaborada uma planilha em *Excel* para registrar os dados constantes nas Mensagens. Cada aba da planilha contém informações sobre um documento específico, além da aba em que constam as informações de todos os documentos analisados.

As informações consideradas relevantes para a análise foram distribuídas nas seguintes colunas da planilha de *Excel*:

Quadro que demonstra as colunas da planilha de Excel utilizada para a análise das Mensagens.

Título da coluna	Descrição da finalidade da coluna
Ano	indica o ano em que a Mensagem foi encaminhada à CLDF.
Legislatura	indica o período de funcionamento do Poder Legislativo com duração de quatro anos, que vai da posse dos parlamentares, no dia 1º de fevereiro do ano seguinte à eleição parlamentar, até a posse dos eleitos na eleição subsequente. Cada legislatura contém quatro sessões legislativas ordinárias.
Governador	indica o nome do governador eleito, que subscreve a Mensagem.
Partido político do governador	indica a vinculação política do governador.
Nome/número do tipo de documento	especifica o documento, apresentando seu número e ano de edição.
Quantidade de folhas do tipo de documento:	indica a quantidade de folhas da Mensagem.
Página da menção à política pública	indica a página da Mensagem em que consta o trecho destacado referente a uma política pública.
Trecho que se refere à política pública	indica o trecho do texto que menciona uma política pública passível de codificação.
Macro código associado à política pública	indica o número do código atribuído à política pública segundo o Manual de Codificação.
Código específico associado à política pública	indica o número específico atribuído à política pública segundo o Manual de Codificação.
Documento possui divisão em tópicos?	indica, com a palavra sim a existência de subdivisão em tópicos apresentada no texto da Mensagem. Indica, com a palavra não a inexistência de tópicos no decorrer do texto da Mensagem.
Tópicos mencionados da forma e na ordem em que aparecem no texto:	descreve o texto utilizado em cada um dos tópicos da Mensagem.
Páginas dos tópicos mencionados:	indica a página da Mensagem em que o tópico foi mencionado.
Outro documento mencionado com metas a serem alcançadas:	indica o nome de outro documento mencionado na Mensagem que trata sobre alcance de metas a serem alcançadas.
Página da menção ao documento com metas:	indica a página da Mensagem em que o outro documento foi mencionado.
Documento menciona o slogan de campanha?	indica o texto que compõe o slogan de campanha utilizado. Indica, com a palavra não, a inexistência de slogan de campanha no decorrer do texto da Mensagem.
Página da menção ao slogan de campanha:	indica a página da Mensagem em que o slogan de campanha foi mencionado.

Fonte: elaborado pela autora

Além da contabilização dos achados por tema/código e da análise de sua variação e evolução ao longo do tempo, o estudo também mobilizará dois outros indicadores importantes:

- Diversidade, que diz respeito à multiplicidade de assuntos tratados.
- Capacidade, por outro lado, que se refere à frequência de menções aos assuntos no decorrer do texto.

A diversidade reflete a variedade de temas de políticas públicas que recebem atenção governamental. Nos documentos analisados, será mensurada com base na diversidade de políticas públicas refletidas nos achados, de acordo com o *Master Codebook*.

A capacidade, por outro lado, reflete a inclinação da atuação governamental no tratamento da política pública. Como pontuado por Brasil e Capella (2019), “há um desequilíbrio permanente entre a grande variedade de questões que precisam de atenção e o tamanho finito da agenda, o que significa que a maioria das questões, na maior parte das vezes, recebe pouca ou nenhuma atenção.”

Nos documentos analisados, a capacidade será mensurada de acordo com a frequência de achados sobre determinada política pública, de acordo com o *Master Codebook*.

A insistência em algum assunto demonstra a inclinação governamental enquanto as omissões representam a opção por manter os temas fora da agenda, não sendo escopo desse trabalho inferir a motivação dessa eventual omissão.

Busca-se aqui apenas demonstrar, nos textos analisados, os achados correspondentes a cada governo do período de 1999 a 2023.

Assim, mencionar, omitir ou repetir temas na elaboração do documento Mensagem, evidencia a inclinação do governador no tratamento da política pública.

Dessa forma, pretende-se avaliar a presença, ausência e variação dos temas de políticas públicas ao longo das gestões distritais a partir de diferentes ângulos de análise que contemplam tanto a frequência quanto a multiplicidade dos achados.



4

4

RESULTADOS

A análise do documento denominado Mensagem encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal no primeiro ano de cada mandato dos anos de 1999 a 2023 resultou em uma planilha de *Excel* que mapeou tanto a diversidade quanto a frequência de temas tratados pelos governadores em cada um dos anos analisados.

De posse dos dados extraídos desta planilha, foram produzidos gráficos para representar de maneira mais esclarecedora os achados de cada Mensagem analisada, precedidos de breve contextualização do momento político das eleições que antecederam sua elaboração.

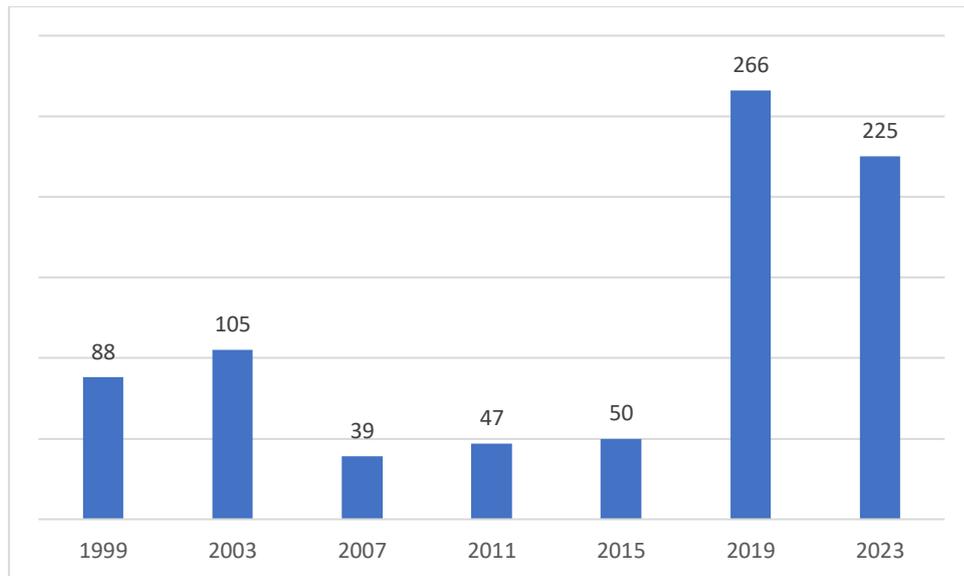
Os 23 temas de políticas públicas elencados no *Master Codebook* foram representados em gráficos de barras, ano a ano, retratando tanto diversidade quanto frequência dos achados.

Os mais de 200 subtemas elencados no *Master Codebook* foram representados de maneira diversa: por serem muitos, optou-se por retratar a especificidade dos assuntos em um gráfico cuja redução da relevância implica na redução do tamanho dos quadros a que se referem. Ou seja: os itens mais relevantes são representados em quadro maiores. Conforme a relevância seja reduzida, o tamanho dos quadros diminui. Fixou-se, para tanto, a quantidade de 10 subcódigos mais relevantes por Mensagem, exceto no caso de empate de valores do décimo item, situação em que todos de mesmo valor foram retratados.

Assim, a representação desses dois tipos de gráfico evidencia em cada uma das Mensagens quais temas foram mais ou menos citados, além de comparar a diversidade dos subtemas retratados.

Ao todo foram analisados 820 achados, distribuídos ao longo dos anos da seguinte maneira no gráfico que demonstra a quantidade de achados por ano em cada documento Mensagem.:

Quantidade de achados por ano nas Mensagens



Fonte: elaborado pela autora

Importa ressaltar que há assuntos não mencionados no documento Mensagem em alguns anos em análise e que os códigos 11 e 22 são vagos, conforme apontado no Manual de Codificação.

Após a apresentação das análises focadas na Mensagem do primeiro ano de cada gestão, são apresentados gráficos que comparam a análise de todos os documentos concomitantemente, o que possibilita uma visão geral, para todo o período compreendido entre 1999 até 2023, tanto de diversidade quanto de frequência de achados.

Resultados

A análise do documento denominado Mensagem encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal no primeiro ano de cada mandato dos anos de 1999 a 2023 resultou em uma planilha de *Excel* que mapeou tanto a diversidade quanto a frequência de temas tratados pelos governadores em cada um dos anos analisados.

De posse dos dados extraídos desta planilha, foram produzidos gráficos para representar de maneira mais esclarecedora os achados de cada Mensagem analisada, precedidos de breve contextualização do momento político das eleições que antecederam sua elaboração.

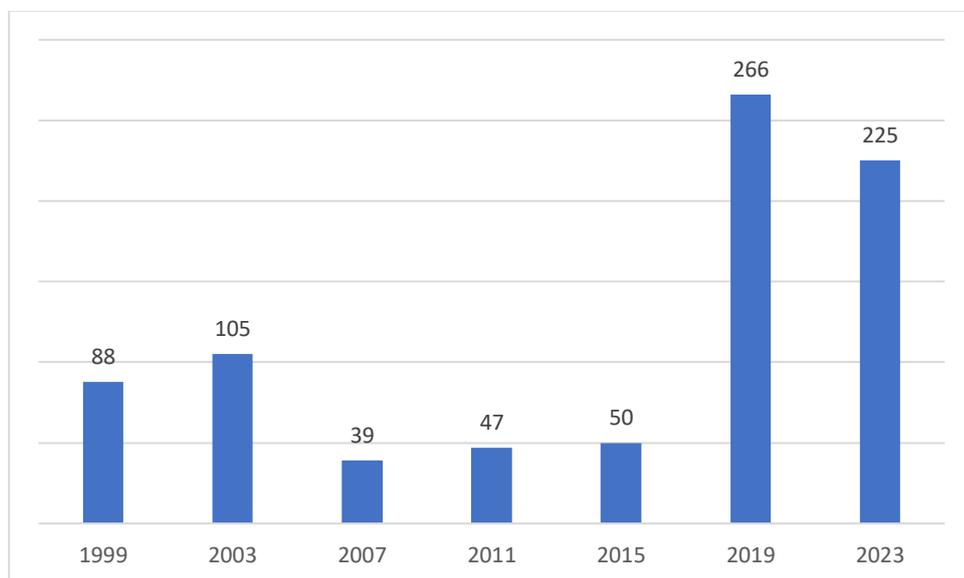
Os 23 temas de políticas públicas elencados no *Master Codebook* foram representados em gráficos de barras, ano a ano, retratando tanto diversidade quanto frequência dos achados.

Os mais de 200 subtemas elencados no *Master Codebook* foram representados de maneira diversa: por serem muitos, optou-se por retratar a especificidade dos assuntos em um gráfico cuja redução da relevância implica na redução do tamanho dos quadros a que se referem. Ou seja: os itens mais relevantes são representados em quadro maiores. Conforme a relevância seja reduzida, o tamanho dos quadros diminui. Fixou-se, para tanto, a quantidade de 10 subcódigos mais relevantes por Mensagem, exceto no caso de empate de valores do décimo item, situação em que todos de mesmo valor foram retratados.

Assim, a representação desses dois tipos de gráfico evidencia em cada uma das Mensagens quais temas foram mais ou menos citados, além de comparar a diversidade dos subtemas retratados.

Ao todo foram analisados 820 achados, distribuídos ao longo dos anos da seguinte maneira no gráfico que demonstra a quantidade de achados por ano em cada documento Mensagem.:

Quantidade de achados por ano nas Mensagens



Fonte: elaborado pela autora

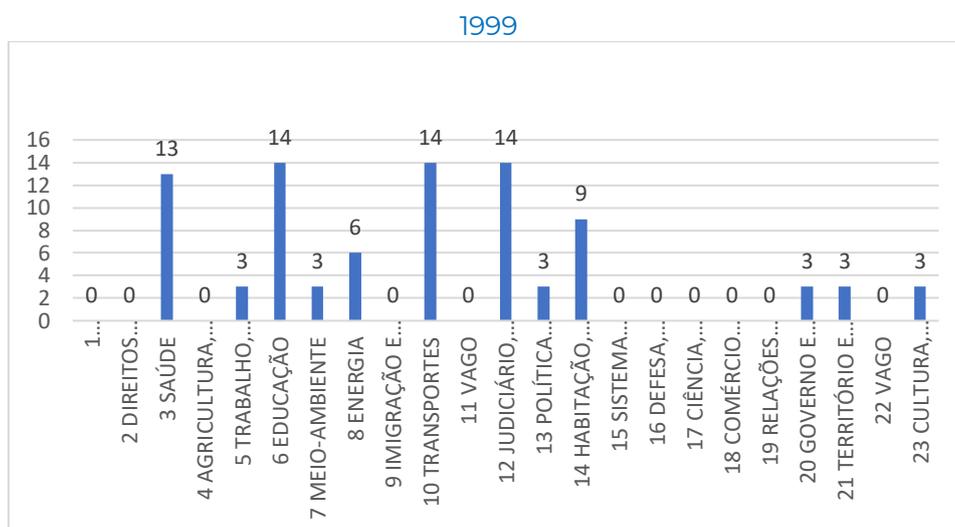
Importa ressaltar que há assuntos não mencionados no documento Mensagem em alguns anos em análise e que os códigos 11 e 22 são vagos, conforme apontado no Manual de Codificação.

Após a apresentação das análises focadas na Mensagem do primeiro ano de cada gestão, são apresentados gráficos que comparam a análise de todos os documentos concomitantemente, o que possibilita uma visão geral, para todo o período compreendido entre 1999 até 2023, tanto de diversidade quanto de frequência de achados.

Análise do documento Mensagem do ano de 1999

Com uma campanha pautada nas promessas de retomar o programa de doação de lotes urbanos, e de garantir aumento salarial para os servidores públicos distritais, Joaquim Roriz venceu o segundo turno das eleições de 1998, obtendo 51,74% dos votos, tendo perdido por pequena margem de votos no primeiro turno para o governador Buarque.

Nascido em Luziânia (GO) no dia 4 de agosto de 1936, Joaquim Domingos Roriz, bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal de Goiás e em ciências jurídicas e sociais pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, adotou a política de distribuição de lotes para remover os favelados do centro da cidade, angariando a simpatia tanto dos eleitores removidos com a promessa de moradia, quanto daqueles de classe média, incomodados com a miséria que os cercava.



Fonte: elaborado pela autora

A análise do gráfico acima que demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos do ano de 1999, apresenta os 88 achados distribuídos por macrocódigo, e permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), há vários temas que não foram citados no documento analisado. Alguns deles dizem respeito a assuntos que não são trabalhados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada, uma vez que o resultado esperado para análise desses códigos seria realmente zero. Mas outros temas como 1 Macroeconomia, 2 Direitos civis, políticos, liberdades e minorias, 4 Agricultura, pecuária e pesca, 15 Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno, 17 Ciência, tecnologia e comunicações, 18 Comércio exterior, importações e exportações, apesar de serem afetos à realidade distrital, também não foram citados.

Os temas relacionados à 3 Saúde, 6 Educação, 10 Transporte e 12 Judiciário, justiça, crimes e violência foram tratados praticamente com o mesmo nível de frequência.

Os trechos abaixo demonstram, em linhas gerais, as áreas de atuação em cada uma dessas temáticas:

Recuperar o sistema público de saúde e transformá-lo em referência para o Brasil e a América Latina. (p.3)

Resgatar a qualidade do ensino público, tornando-o referência para o Brasil, e garantir o acesso ao sistema a todas as crianças e adolescentes em idade escolar. (p.2)

Promover amplo programa de obras destinado a eliminar os pontos de congestionamento de trânsito em todo o DF, priorizando a realização de obras de alargamento, duplicação, pavimentação, incluindo a construção de um anel rodoviário. (p.5)

Combate intransigente até mesmo às menores infrações, para coibir crimes mais graves. O programa, que é sucesso em Nova York, será adaptado a legislação brasileira e às condições do Distrito Federal. (p.2)

O tema relacionado à 14 Habitação, infra-estrutura e reforma agrária, figura em uma posição intermediária na análise dos macrocódigos, o que parece não combinar tanto com a pauta da campanha eleitoral, que destacava esse tema. Um dos trechos que demonstra a preocupação do governo com a temática está destacado abaixo:

Concluir o Programa de Assentamento para as populações de baixa renda mediante a implantação da infra-estrutura necessária, além de promover melhorias nas habitações existentes. Priorizar também a habitação para a classe média com ênfase para a consolidação dos condomínios residenciais. Conclusão dos bairros de Águas Claras e Sudoeste e implantação dos projetos Catetinho e Noroeste. (p. 4)

O código 8 Energia, que também está em uma posição intermediária, ganharia importância no mês posterior ao encaminhamento da Mensagem, devido ao apagão energético sofrido em todo o Brasil, inclusive no Distrito Federal, o que demonstra que esse tema já gozava de certa relevância quando do encaminhamento da Mensagem à Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme exemplificado nos seguintes trechos em destaque:

construção de 6 novas subestações de distribuição, 32 km de linhas de transmissão e 2500 km de linhas de distribuição, além de investimentos em melhorias e na modernização do sistema para eliminar as frequentes interrupções no fornecimento. (p.4)

gerar 100 MW de energia elétrica, para garantir o suprimento e possibilitar a expansão econômica de toda região. (p.3)

Apoiar a instalação de duas usinas termelétricas a partir de gás natural, que, agregadas à geração hidrelétrica de Corumbá, garantirão o suprimento de energia ao Distrito Federal até o ano de 2007. (p.3)

Dentre os temas menos citados estão os que se referem à 5 Trabalho, emprego e previdência, 7 Meio-ambiente, 13 Política social, 20 Governo e Administração Pública, 21 Território e recursos naturais e 23 Cultura, esporte e lazer.

De acordo com o gráfico que demonstra diversidade e frequência dos mais citados subcódigos do ano de 1999, os três subcódigos mais citados no ano de 1999 referem-se à 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas; 322 Estruturas, hospitais, clínicas e 1401 Habitação urbana.

A importância atribuída à habitação pode ser comprovada no gráfico que retrata os subcódigos, no qual habitação urbana é o terceiro item em relevância. Ao considerar apenas os macrocódigos, entretanto, essa importância fica diminuída, disputando espaço com outros assuntos como 3 Saúde, 6 Educação, 10 Transporte e 12 Judiciário, justiça, crimes e violência.

Há que se destacar também a relevância do tema 6 Educação retratado nesse gráfico, que aparece em 4 dos 12 subtemas mais citados.

O subcódigo 802 Eletricidade e hidroelétricas é outro que figura entre os mais citados, destacando a relevância que este tema possuía no debate da época.

1999

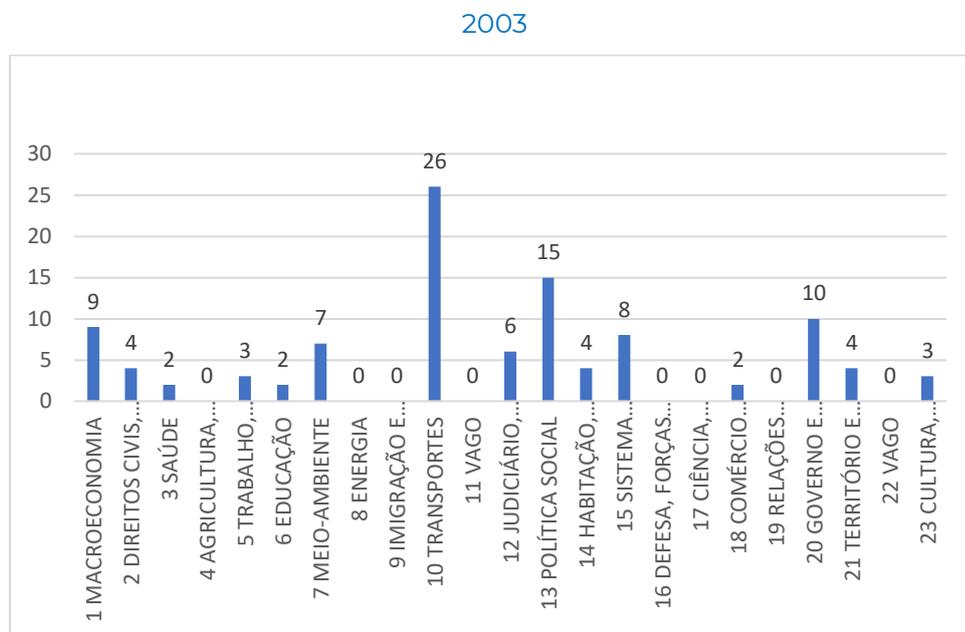


Fonte: elaborado pela autora

Análise do documento Mensagem do ano de 2003

A disputa para o governo do Distrito Federal em 2002 envolveu 8 candidatos. [Joaquim Roriz](#), do PMDB, e [Geraldo Magela](#), do PT, terminaram o primeiro turno praticamente empatados, com diferença de 25.585 votos. O segundo turno confirmou a reeleição do candidato do PMDB, novamente com pequena diferença, em uma vantagem de 15.778 votos.

A atenção governamental nesse ano se voltou majoritariamente à questão do transporte, o que pode ser comprovado tanto na análise dos macro quanto dos subcódigos.



Fonte: elaborado pela autora

A análise deste gráfico que demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos do ano de 2003 e apresenta os 105 achados distribuídos por macrocódigo permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), há vários temas que não foram citados no documento analisado. alguns deles dizem respeito a assuntos que não são tratados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada. Mas outros temas como 4 Agricultura, pecuária e pesca, 8

Energia e 17 Ciência, tecnologia e comunicações também não foram citados.

O tema relacionado à 10 Transporte foi tratado com bastante relevância, deixando os demais temas mais citados em posição de menos destaque e discrepância de nível de frequência, como 13 Política social, 20 Governo e Administração Pública, e 1 Macroeconomia, conforme constatado abaixo:

Outro destaque é a complementação da grande programação de obras viárias, que nos últimos quatro anos modificou radicalmente o sistema viário do Distrito Federal e eliminou a maioria dos pontos de estrangulamento dos fluxos de tráfego. No ano em curso serão realizadas novas intervenções, cujo fim é ampliar o alcance e tornar mais eficaz o programa Trânsito Inteligente. (p. 20)

Dentre os temas menos citados estão alguns que tinham figurado entre os mais citados no ano de 1999, como 3 Saúde, 6 Educação, por exemplo. o que se refere à 23 Cultura, esporte e lazer, por outro lado, permaneceu entre os menos citados, à semelhança do que ocorreu anteriormente.

A preponderância do subtema 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas, apresentado no gráfico abaixo, que demonstra diversidade e frequência dos mais citados subcódigos do ano de 2003., é facilmente percebida. Os demais temas aparecem de maneira menos expressiva e dispersa.

Tabela 1
<i>pavimentação asfáltica (p.20)</i>
<i>drenagem e meios-fios (p.20)</i>
<i>construção de novo sistema de viadutos e acessos (p.21)</i>
<i>ampla reforma viária para reduzir congestionamentos nos horários de maior fluxo (p.21)</i>
<i>serão construídos viadutos (p.21)</i>
<i>implantação da segunda etapa do sistema viário da Ponte JK (p.21)</i>
<i>construção de passarelas para pedestres (p.21)</i>
<i>pavimentação e alargamento de vias urbanas e rodovias (p.21)</i>
<i>recuperação do pavimento (p.21)</i>
<i>construção de grades de contenção nas paradas de ônibus (p.21)</i>
<i>construção de abrigos (p.22)</i>
<i> sinalização para orientação aos usuários (p.22)</i>
<i>gerenciamento dos terminais e pontos de soltura (p.22)</i>
<i>renovação da frota (p.22)</i>
<i>reestruturação da operação de 3.200 permissionários (p.23)</i>

<i>construção de novo terminal rodoviária interestadual (p.24)</i>
<i>implementação de faixas prioritárias ou exclusivas para ônibus (p.24)</i>
<i>remoção dos pontos críticos em rotas de ônibus (p.24)</i>
<i>reversão de fluxo em vias com restrição de tráfego para os transportes coletivos (p.24)</i>
<i> sinalização especial (p.24)</i>
<i>implantação de equipamentos eletrônicos para supervisão, controle e orientação do tráfego (p.24)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2003 relacionados ao subcódigo 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas.

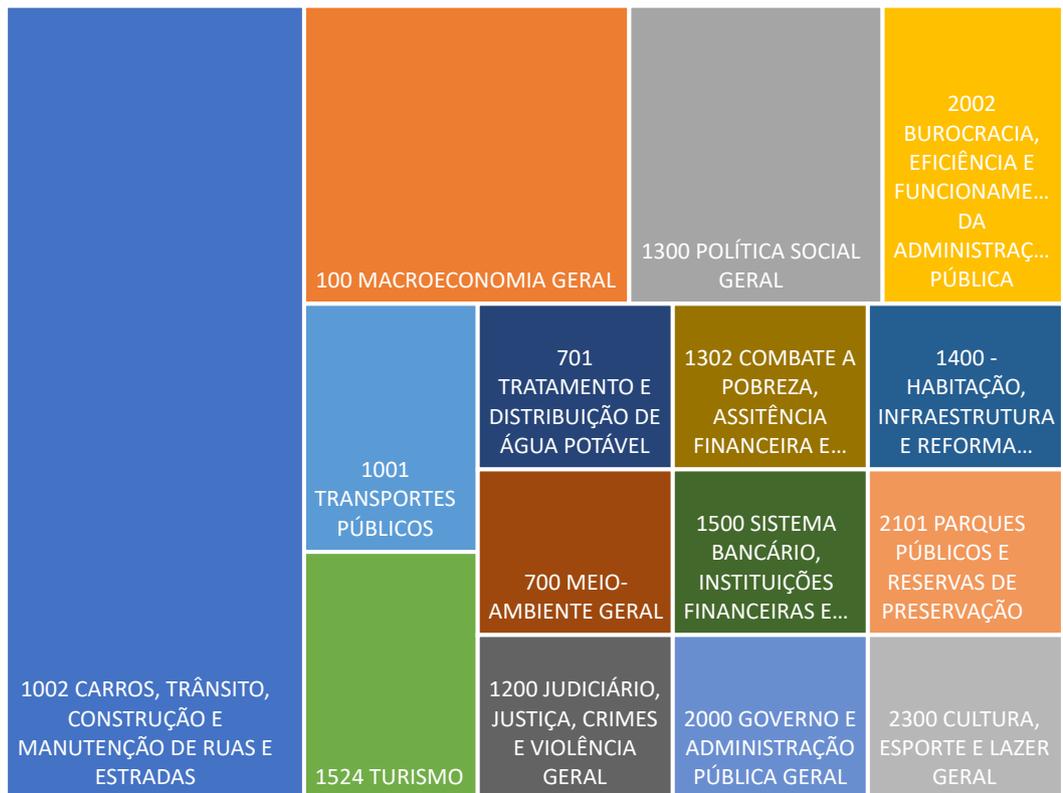
Os seguintes trechos ajudam a demonstrar quão relevante era essa temática à época e sinalizam para o fato de que parte dessa demanda até hoje não foi concluída:

A evolução do Distrito Federal está a exigir significativa melhoria nos serviços públicos, com destaque para os transportes urbanos. (...) O primeiro passo para alcançar tal objetivo será o abandono dos antigos modelos de concessão, por linha ou por frota, já ultrapassados, passando as concessões de todos os serviços existentes – convencionais, de vizinhança, alternativos e de condomínios – a considerar-se no âmbito de “bacias de demanda. (p.21)

A integração incluirá a informatização da coleta de tarifas e dados operacionais, mediante bilhetagem eletrônica que eliminará a necessidade do pagamento em dinheiro, estabelecendo-se controle total das receitas, gratuidades, descontos e do uso do vale-transporte. (...) Outros destaque da programação na área dos transportes é a consolidação da primeira fase do metrô, com a conclusão do trecho entre a Praça do Relógio (Taguatinga) e o Terminal da Ceilândia. Concomitantemente serão iniciados os estudos com vistas à expansão para Riacho Fundo (I e II), Recanto das Emas, Gama e Santa Maria. (p. 23)

2003

- 1002 CARROS, TRÂNSITO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS
- 100 MACROECONOMIA GERAL
- 1300 POLÍTICA SOCIAL GERAL
- 2002 BUROCRACIA, EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 1001 TRANSPORTES PÚBLICOS
- 1524 TURISMO
- 701 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL
- 700 MEIO-AMBIENTE GERAL
- 1200 JUDICIÁRIO, JUSTIÇA, CRIMES E VIOLÊNCIA GERAL
- 1302 COMBATE A POBREZA, ASSITÊNCIA FINANCEIRA E RENDA
- 1400 - HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA E REFORMA AGRÁRIA GERAL
- 1500 SISTEMA BANCÁRIO, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E COMÉRCIO INTERNO GERAL
- 2000 GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERAL
- 2101 PARQUES PÚBLICOS E RESERVAS DE PRESERVAÇÃO
- 2300 CULTURA, ESPORTE E LAZER GERAL



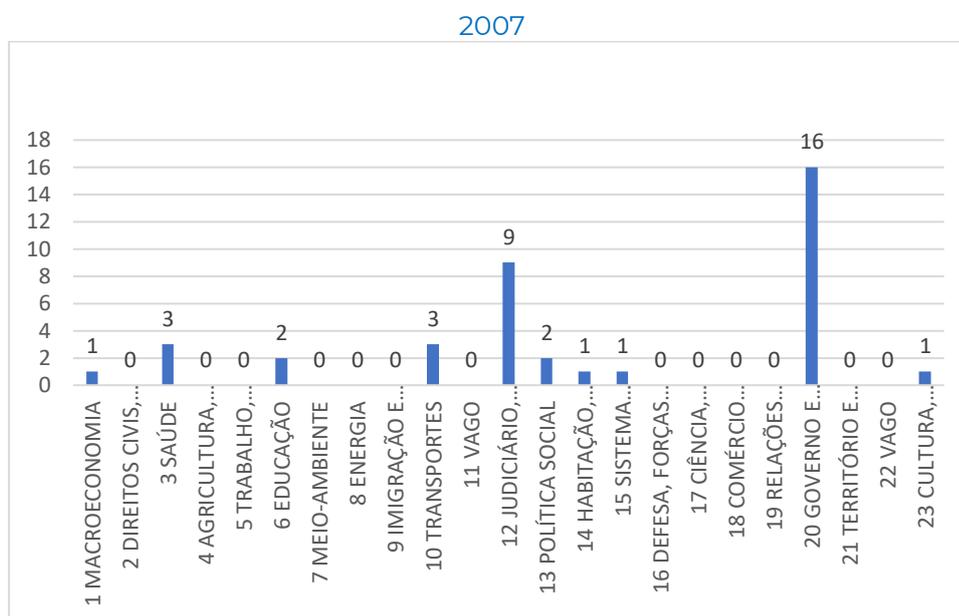
Fonte: elaborado pela autora

Análise do documento Mensagem do ano de 2007

Em 2006, o deputado federal José Roberto Arruda (PFL), da coligação Amor por Brasília, foi eleito, em primeiro turno, o novo governador do Distrito Federal. Arruda liderou todas as pesquisas de intenção de voto desde que anunciou sua candidatura.

Nascido em Itajubá (MG) no dia 5 de janeiro de 1954, o engenheiro elétrico José Roberto Arruda, de início, transferiu a sede do governo para Taguatinga e reduziu o número de secretarias, adotando medidas de austeridade que incluíram a demissão de funcionários contratados sem concurso público, o cancelamento de contratos de aluguel de carros e a devolução de prédios alugados pela administração distrital. Além disso, pôs fim à circulação de vans, integrando as cidades-satélites por meio da disponibilização de microônibus.

Os gráficos comprovam que as questões relacionadas ao governo e à Administração Pública foram a tônica desse governo, seguidas de questões relacionadas à justiça.



Fonte: elaborado pela autora

A análise deste gráfico, que demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos do ano de 2007, apresenta os 39 achados distribuídos por macrocódigo e permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), há vários temas que não foram citados no documento

analisado. Alguns deles dizem respeito a assuntos que não são tratados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada. Mas outros temas como 2 Direitos civis, políticos, liberdades e minorias, 4 Agricultura, pecuária e pesca, 5 Trabalho, emprego e previdência, 7 Meio-ambiente, 8 Energia e 17 Ciência, tecnologia e comunicações, 18 Comércio exterior, importações e exportações e 21 Território e recursos naturais também não foram citados.

O tema relacionado à 20 Governo e Administração Pública foi tratado com bastante relevância, seguido, em uma proporção menor, do que se refere ao 12 Judiciário, justiça, crimes e violência. Curiosamente, entretanto, este foi o governador responsável por protagonizar a articulação do maior esquema de corrupção do Distrito Federal que culminaria em sua prisão.

Dentre os temas menos citados estão 1 Macroeconomia, 14 Habitação, infra-estrutura e reforma agrária, 15 Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno e novamente: 23 Cultura, esporte e lazer.

A análise dos subcódigos apresenta uma outra visão dos dados, uma vez que o item mais citado é justamente o 1200 Geral relacionado Judiciário, justiça, crimes e violência. Outros 3 subitens relacionados a esse tema também figuram entre os assuntos mais relevantes.

Tabela 2
<i>e justiça social (p.2)</i>
<i>não vamos tolerar o desrespeito às leis (p.4)</i>
<i>não haverá leniência com a ilegalidade (p.4)</i>
<i>grileiros suspeitos foram presos (p.4)</i>
<i>não haverá impunidade (p.4)</i>
<i>combate à ilegalidade (p.4)</i>
<i>força-tarefa que combaterá sem trégua as ilegalidades (p.5)</i>
<i>construção dos primeiros postos policiais (p.5)</i>
<i>reduzir os índices de criminalidade (p.5)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2007 relacionados ao subcódigo 1200 Judiciário, justiça, crimes e violência geral

Quanto ao tema 20 Governo e Administração Pública, 7 são os subitens retratados nesse documento, que embora tenha poucas páginas, dedicou bastante relevância a esta temática.

Alguns trechos que exemplificam a ênfase dada a essa temática destacam termos como “eficiência administrativa”, “responsabilidade fiscal”, “eficiência da máquina administrativa” e estão demonstrados abaixo:

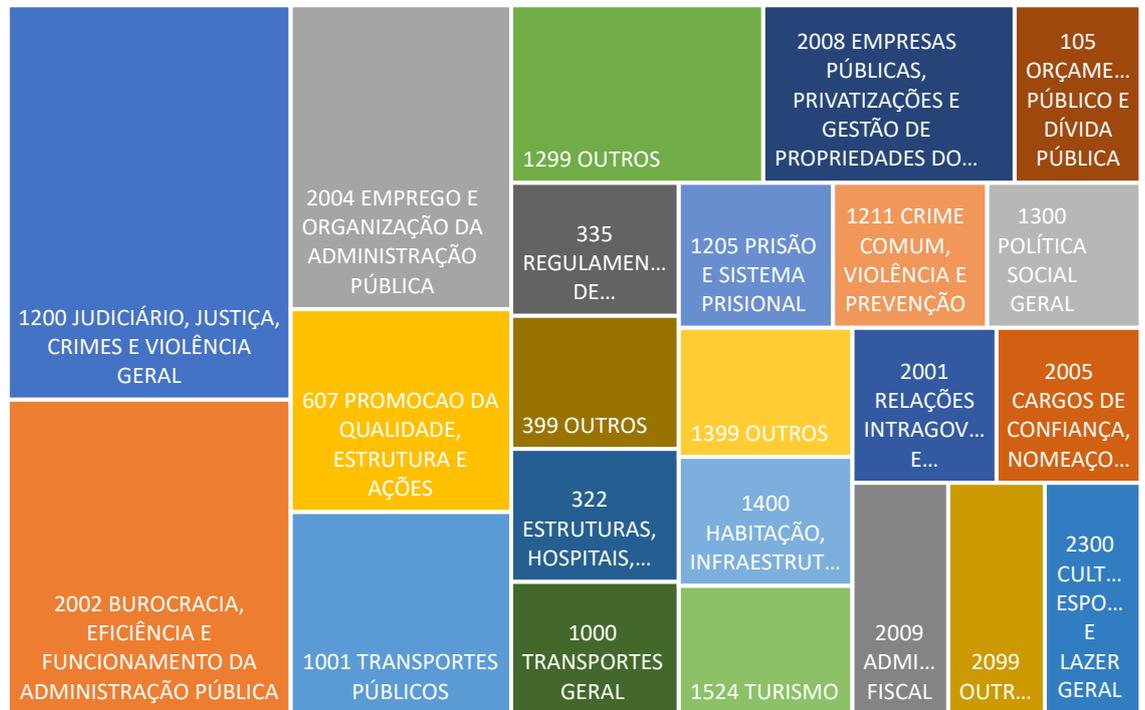
Tabela 3
<i>eficiência administrativa (p.2)</i>
<i>integrar descentralizar e modernizar (p.2)</i>
<i>criação do Instituto do Meio Ambiente (p.2)</i>
<i>Criação de uma empresa de fomento ao turismo (p.2)</i>
<i>aperfeiçoamento dos instrumentos da gestão fiscal (p.3)</i>
<i>diminuímos em consequência as estruturas (p.3)</i>
<i>os cargos em comissão (p.3)</i>
<i>despesas de custeio (p.3)</i>
<i>cortar gastos e reduzir despesas (p.3)</i>
<i>aumentar a eficiência da máquina administrativa (p.3)</i>
<i>oferecer serviços públicos de melhor qualidade à população (p.3)</i>
<i>devolveu quase seiscentos carros e quarenta imóveis (p.3)</i>
<i>desqualificação do ICS (p.3)</i>
<i>venda de sessenta e dois apartamentos funcionais do GDF (p.3)</i>
<i>melhorar os serviços (p.5)</i>
<i>convocamos mil duzentos e cinquenta e cinco professores concursados que vão substituir os temporários (p.5)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2007 relacionados ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública

O gráfico **que demonstra diversidade e frequência dos mais citados subcódigos do ano de 2007**, abaixo demonstra também que dos 23 subtópicos citados, o tema relacionado a transporte continua figurando entre os primeiros itens em frequência.

2007

- 1200 JUDICIÁRIO, JUSTIÇA, CRIMES E VIOLÊNCIA GERAL
- 2002 BUROCRACIA, EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 2004 EMPREGO E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 607 PROMOCAO DA QUALIDADE, ESTRUTURA E AÇÕES
- 1001 TRANSPORTES PÚBLICOS
- 1299 OUTROS
- 2008 EMPRESAS PÚBLICAS, PRIVATIZAÇÕES E GESTÃO DE PROPRIEDADES DO GOVERNO
- 105 ORÇAMENTO PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA
- 335 REGULAMENTAÇÃO DE FARMÁCIAS , COMPRA E CONSUMO DE MEDICAMENTOS
- 399 OUTROS
- 322 ESTRUTURAS, HOSPITAIS, CLÍNICAS
- 1000 TRANSPORTES GERAL
- 1205 PRISÃO E SISTEMA PRISIONAL
- 1211 CRIME COMUM, VIOLÊNCIA E PREVENÇÃO
- 1300 POLÍTICA SOCIAL GERAL
- 1399 OUTROS



Fonte: elaborado pela autora

Análise do documento Mensagem do ano de 2011

Em 2010, devido às denúncias de corrupção que envolviam o então governador José Roberto Arruda, o DF chegou a ser alvo de um pedido de intervenção federal por parte da Procuradoria-Geral da República. Em meio à crise política, o Executivo teve quatro governadores diferentes num período de três meses. É nesse cenário de escândalos que Agnelo Queiroz, ex-ministro do Esporte, tendo ficado à frente nas pesquisas durante todo o segundo turno, assume o Distrito Federal, com o discurso pautado na ética e no resgate da autoestima do povo.

Nascido em Itapetinga (BA) no dia 9 de novembro de 1958, Agnelo Santos Queirós Filho, formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia, em Salvador, em 1984 e transferido no mesmo ano para Brasília (DF), ingressou no curso de pós-graduação em cirurgia geral e torácica do Hospital da Base.

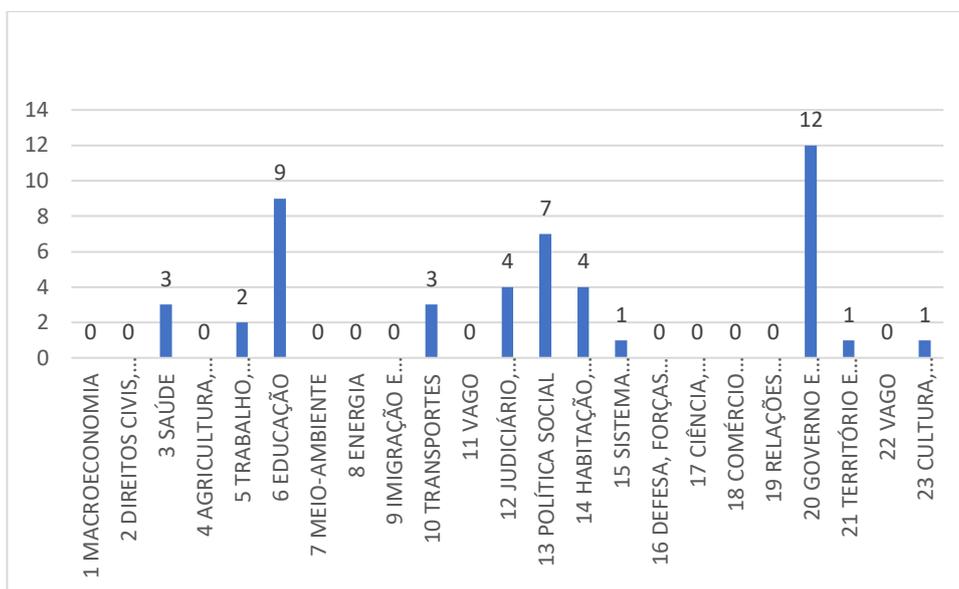
Assumiu o governo do Distrito Federal em substituição a Rogério Rosso, que havia sido eleito indiretamente após a prisão do governador José Roberto Arruda (DEM), denunciado por corrupção, e a renúncia do vice-governador Paulo Octávio por não conseguir apoio político para governar.

Agnelo enfrentou crises nas principais áreas do seu governo. Pesquisa Datafolha de agosto de 2014 apontou que ele era reprovado por 46% da população. No fim de sua gestão teve dificuldades para pagar salários dos servidores. Mesmo diante dessa situação concorreu à reeleição no pleito de outubro seguinte, quando obteve 307.500 votos, (20,07%), e foi apenas o terceiro colocado, tendo, portanto, ficado de fora do segundo turno,

Agnelo foi acusado de ser o responsável pela aprovação irregular do projeto de construção da nova sede administrativa do governo do DF, que fica em Taguatinga, bem como pela indevida concessão do habite-se, documento necessário para tanto.

Os gráficos comprovam a predominância do macrocódigo relacionado ao governo e à Administração Pública e da relevância do subcódigo relacionado à corrupção na Administração Pública.

2011



Fonte: elaborado pela autora

A análise deste gráfico que demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos do ano de 2011, apresenta os 47 achados distribuídos por macrocódigo permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), há vários temas que não foram citados no documento analisado. Alguns deles dizem respeito a assuntos que não são tratados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada. Mas outros temas como 1 Macroeconomia, 2 Direitos civis, políticos, liberdades e minorias, 4 Agricultura, pecuária e pesca, 7 Meio-ambiente, 8 Energia, 17 Ciência, tecnologia e comunicações e 18 Comércio exterior, importações também não foram citados.

O tema relacionado à 20 Governo e Administração Pública foi tratado com bastante relevância, seguido, em uma proporção menor, do que se refere à 6 Educação.

Tabela 4

<i>corrupção e outros crimes cometidos contra a administração pública (p. 8)</i>
<i>implantarei sistemas de gestão (p. 12)</i>
<i>aumento da produtividade (p. 12)</i>
<i>premiem aqueles que têm melhor desempenho (p. 12)</i>
<i>reorganizar o funcionamento da máquina pública (p. 18)</i>
<i>aumentar a transparência do governo para resgatar a credibilidade perdida (p. 18)</i>
<i>fortalecer a ação repressiva contra servidores e empresas que tenham praticado fraudes (p. 18)</i>
<i>criei a Secretaria de Estado da Transparência e Controle (p. 18)</i>
<i>atuar na fiscalização e controle para que a corrupção não tenha chance (p. 19)</i>
<i>proibição do nepotismo (p. 19)</i>
<i>regulamentação dos executores de contrato (p. 19)</i>
<i>criamos a nova Secretaria da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (p. 21)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2011 relacionados ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública

Dentre os temas menos citados estão novamente 23 Cultura, esporte e lazer além de 21 Território e recursos naturais e 15 Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno.

O gráfico abaixo, que demonstra diversidade e frequência dos mais citados subcódigos do ano de 2011, reforça, nos subcódigos, a análise realizada nos macrocódigos, uma vez que dos 12 subtemas apresentados no gráfico, 4 se referem ao 20 Governo e Administração Pública e 3 se referem à 6 Educação.

O subitem mais retratado no documento Mensagem desse ano é justamente o 2007 Compras públicas, contratos e corrupção na Administração Pública, conforme a página 18, demonstrados nos trechos abaixo:

(...) não somente reorganizar o funcionamento da máquina pública no Distrito Federal, mas também, e principalmente, resgatar a credibilidade da população em suas instituições.

Para começar, precisamos aumentar a transparência do governo para resgatar a credibilidade perdida. A população precisa saber o que se passa na Administração Pública para fiscalizar e participar.

Ainda no campo da ética, é fundamental destacar, também, a redução da impunidade. (...) Deve-se fortalecer a ação repressiva contra servidores e empresas que tenham praticado fraudes, (...)

(...) Não é aceitável que a Capital Federal seja percebida como sinônimo de corrupção, de falcaturas, de negociatas e de práticas incompatíveis com a gestão pública decente. Não é aceitável que uma cidade que nasceu para ser modelo seja hoje motivo de achincalhe, de piada nacional.

2011

- 2007 COMPRAS PÚBLICAS, CONTRATOS E CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 603 EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO
- 607 PROMOÇÃO DA QUALIDADE, ESTRUTURA E AÇÕES
- 1302 COMBATE A POBREZA, ASSISTÊNCIAS FINANCEIRA E RENDA
- 602 ENSINO BÁSICO, FUNDAMENTAL E MÉDIO
- 322 ESTRUTURAS, HOSPITAIS, CLÍNICAS
- 1002 CARROS, TRÂNSITO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS
- 1203 DROGAS - TRÁFICO, PRODUÇÃO E COMBATE
- 1400 HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA E REFORMA AGRÁRIA GERAL
- 2000 GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERAL
- 2002 BUROCRACIA, EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 2015 AVALIAÇÃO E RECLAMAÇÕES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS PÚBLICOS



Fonte: elaborado pela autora

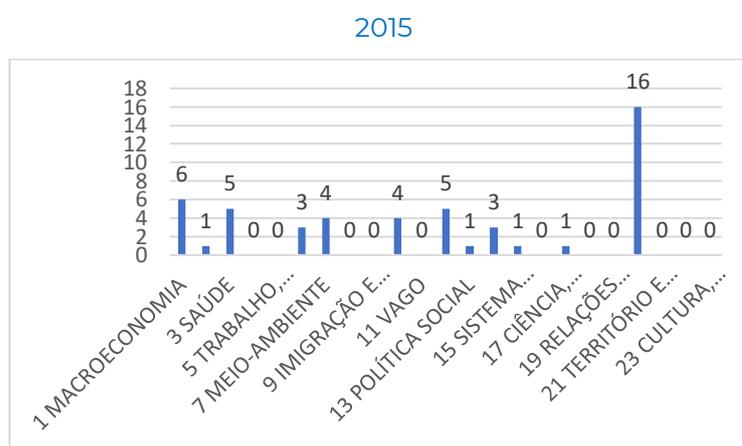
Análise do documento Mensagem do ano de 2015

Em 2014, Rollemberg venceu o oponente, Jofran Frejat (PR), com 55,56% dos votos. Entre as propostas dele estavam a adoção do turno integral em todas as escolas públicas, a redução do número de secretarias de governo, a implantação do bilhete único para transporte coletivo e a escolha de administradores regionais por meio de eleição. O governador eleito também defendia uma gestão baseada na estipulação de metas e no acompanhamento de resultados.

Rodrigo Sobral Rollemberg nasceu no Rio de Janeiro, no dia 13 de julho de 1959. No pleito de outubro de 2014 concorreu pela segunda vez ao governo do Distrito Federal. Votado por 43, 25% eleitores, disputou o segundo turno Jofran Frejat, do Partido Republicano (PR), que obteve 27, 97% dos votos. Durante sua campanha eleitoral, frisou que, se eleito, teria como metas estabelecer educação integral e abertura de postos de saúde 24 horas, além da criação de políticas visando o desenvolvimento da economia e do turismo em Brasília. Na segunda fase da disputa eleitoral, Rollemberg foi eleito com 55, 56% dos votos válidos.

Renunciou no Senado e tomou posse como governador do DF em janeiro de 2015. No decorrer de sua gestão empreendeu uma série de medidas visando o ajuste das contas públicas, dentre as quais a redução do número de secretarias e de cargos comissionados, aumento de impostos e a venda direta de bens imóveis sem uso, assim como a alienação de parte de ações das estatais do Distrito Federal.

Os gráficos demonstram a relevância atribuída às questões relacionadas ao governo e à Administração Pública ao mesmo tempo que destacam a paridade com que os outros temas são abordados.



Fonte: elaborado pela autora

A análise deste gráfico que demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos do ano de 2015, apresenta os 50 achados distribuídos por macrocódigo permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), há vários temas que não foram citados no documento analisado. Alguns deles dizem respeito a assuntos que não são tratados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada.

Mas outros temas como 4 Agricultura, pecuária e pesca, 5 Trabalho, emprego e previdência, 8 Energia, 18 Comércio exterior, importações, 21 Território e recursos naturais e 23 Cultura, esporte e lazer também não foram citados.

O tema relacionado à 20 Governo e Administração Pública foi tratado de maneira preponderante, seguido, em menor proporção, do que se refere à 1 Macroeconomia, 3 Saúde e 12 Judiciário, justiça, crimes e violência.

Os trechos que tratam dessa temática estão demonstrados na tabela abaixo:

TABELA 5
<i>pagamentos de 13º, férias, horas extras e outros benefícios de servidores atrasados. (p.2)</i>
<i>greves e paralizações de servidores e terceirizados por falta de pagamento (p.2)</i>
<i>empresas que prestaram serviços, mas não receberam o que lhes era devido (p.2)</i>
<i>normalizar os pagamentos é um dos mais importantes desafios (p.3)</i>
<i>redução imediata dos cargos comissionados (p.3)</i>
<i>redução das administrações regionais, de 31, para 25 (p.3)</i>
<i>corte de 1310 cargos comissionados (p.3)</i>
<i>extinção e fusão de secretarias (p.3)</i>
<i>recadastramento de servidores e a auditoria da folha de pagamento (p.3)</i>
<i>renegociação de pagamentos a fornecedores do Governo (p.4)</i>
<i>unidades desabastecidas de remédios básicos (p.5)</i>
<i>dívidas com servidores e fornecedores (p.5)</i>
<i>designar servidores para postos de atendimento emergencial (p.5)</i>
<i>fusão e extinção de secretarias (p.6)</i>
<i>renegociação de contratos (p.6)</i>
<i>eficiência administrativa (p.9)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2015 relacionados ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública

Dentre os temas menos citados estão 2 Direitos civis, políticos, liberdades e minorias, 13 Política social, 15 Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno e 17 Ciência, tecnologia e comunicações.

O gráfico que se encontra na próxima página, que demonstra diversidade e frequência dos mais citados subcódigos do ano de 2015, enfatiza o tema 2007 Compras públicas, contratos e corrupção na Administração Pública e apresenta outros 3 subtópicos relacionados ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública como relevantes para a frequência de achados.

Um subtema que passou a figurar entre os mais relevantes foi o 703 Resíduos sólidos, provavelmente impulsionado pela então recente instituição da Política Distrital de Resíduos Sólidos.

Tabela 5
<i>ruas sujas por falta de recolhimento do lixo (p. 2)</i>
<i>coleta de lixo (p. 4)</i>
<i>limpeza pública (p. 4)</i>
<i>mutirão para limpar terrenos e praças, coletar lixo (p. 6)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2015 relacionados ao subcódigo 703 Resíduos sólidos

2015

- 2007 COMPRAS PÚBLICAS, CONTRATOS E CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 105 ORÇAMENTO PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA
- 1211 CRIME COMUM, VIOLÊNCIA E PREVENÇÃO
- 2004 EMPREGO E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 703 RESÍDUOS SÓLIDOS
- 1400 HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA E REFORMA AGRÁRIA GERAL
- 2000 GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERAL
- 300 SAÚDE GERAL
- 600 EDUCAÇÃO GEERAL
- 322 ESTRUTURAS, HOSPITAIS, CLÍNICAS
- 1002 CARROS, TRÂNSITO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS
- 2005 CARGOS DE CONFIANÇA, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES



Fonte: elaborado pela autora

Análise do documento Mensagem do ano de 2019

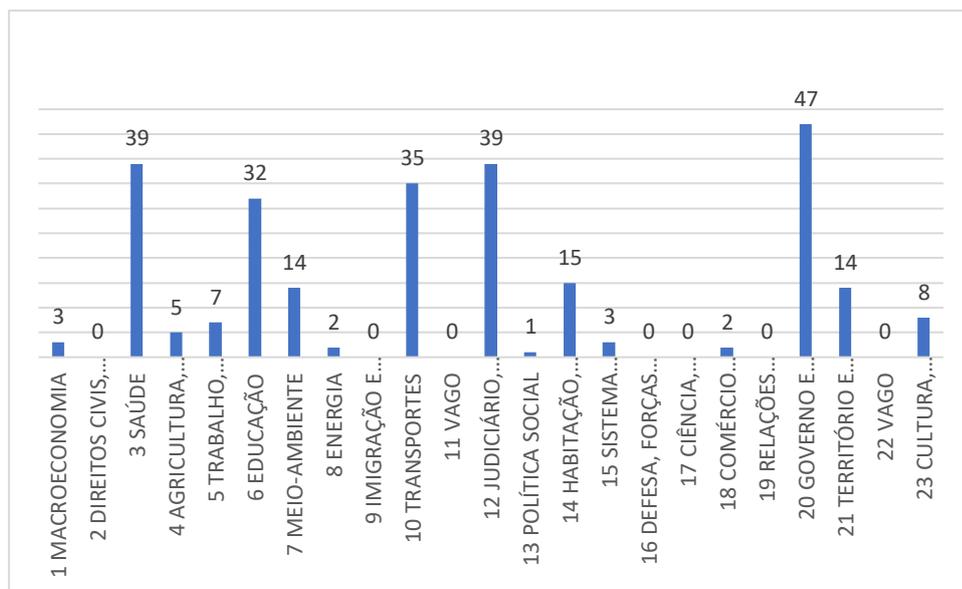
Em 2018, o advogado Ibaneis Rocha, do MDB, foi eleito governador do Distrito Federal com 1.042.574 votos – o equivalente a 69,79% dos votos válidos. Rollemberg, seu oponente, recebeu 451.329 votos, ou 30,21% dos válidos.

Nascido em Brasília, Ibaneis Rocha Barros Junior (MDB), 51 anos, é casado e pai de três filhos. Presidiu a seccional do DF da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) de 2013 a 2015. Foi diretor do Conselho Federal e corregedor-geral da entidade.

Ibaneis é formado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e fez pós-graduação em Processo do Trabalho e Processo Civil. Em 1990, ele abriu o próprio escritório e se destacou como advogado de várias categorias do serviço público. Ibaneis Rocha foi eleito governador do Distrito Federal em 2018, pelo MDB. E em 2022 foi reeleito, sendo o primeiro governador reeleito em primeiro turno da história do Distrito Federal.

Os gráficos relacionados a este governo destacam-se pela diversidade e pluralidade de achados.

2019



Fonte: elaborado pela autora

A análise deste gráfico que *demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos do ano de 2019*, apresenta os 266 achados distribuídos por macrocódigo permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), há vários temas que não foram citados no documento analisado. Alguns deles dizem respeito a assuntos que não são tratados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada. Mas

outros dois temas também não foram citados: 2 Direitos civis, políticos, liberdades e minorias e 17 Ciência, tecnologia e comunicações.

Embora ainda haja preponderância do tema relacionado à 20 Governo e Administração Pública, os seguintes temas também tiveram relevância da frequência de achados: 3 Saúde, 12 Judiciário, justiça, crimes e violência, 6 Educação e 10 Transporte.

Os trechos abaixo apontam algumas das temáticas a ser abordadas pelo governo:

Foi com esse propósito que o Governo criou a Secretaria de Atendimento Comunitário, bem como decidiu aumentar o número de administrações regionais, criando as de Sol Nascente/Por do Sol; Arniqueiras; e do Arapoanga. Assim, podemos dar atenção às especificidades da realidade local, atendendo de maneira mais consciente e célere às necessidades de cada lugar. (p. 13)

O Governo combaterá, por exemplo, a prática de submeter os cidadãos a enfrentar filas enormes ou disputar senhas para ter acesso a serviços básicos. Será implementado um sistema informatizado de qualidade, de modo a facilitar o acesso do usuário, permitindo-se, por exemplo, o agendamento de consultas e exames via telefone, plataforma de internet ou aplicativos para celular. (p. 4)

É importante, ainda, aumentar os investimentos em inteligência; promover acesso a equipamento moderno e adequado às exigências de cada missão; aumentar o efetivo de agentes de segurança na execução da atividade-fim correspondente; valorizar as respectivas profissões – inclusive pela estruturação de planos de carreira atraentes e pela oferta de cursos de capacitação continuada. (p. 6)

Ademais, é prioridade enfrentar a evasão escolar e a distorção idade-série, além de promover a integração efetiva entre família e escola, oferecendo-se, por exemplo, conteúdos digitais e ferramentas para facilitar a interação entre pais, alunos e professores. (p. 9)

Queremos que o brasiliense tenha mais tempo para o trabalho, para a família e para o lazer. Por isso, será implementado um sistema de transporte inteligente, disponibilizando mecanismos que possibilitem maior precisão e transparência no tocante a horários e destinos, desenvolvendo e conectando os diferentes modais, criando estacionamentos em locais estratégicos e incentivando a utilização dos que já existem próximos às estações de metrô. (p. 10)

Dentre os temas menos citados estão 1 Macroeconomia, 8 Energia, 13 Política social, 15 Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno e 18 Comércio exterior, importações e exportações.

Destaque-se que o código 23 Cultura, esporte e lazer, após não ter sido citado no documento anterior, figura agora em uma posição de maior relevância, sobretudo se comparado ao longo dos anos.

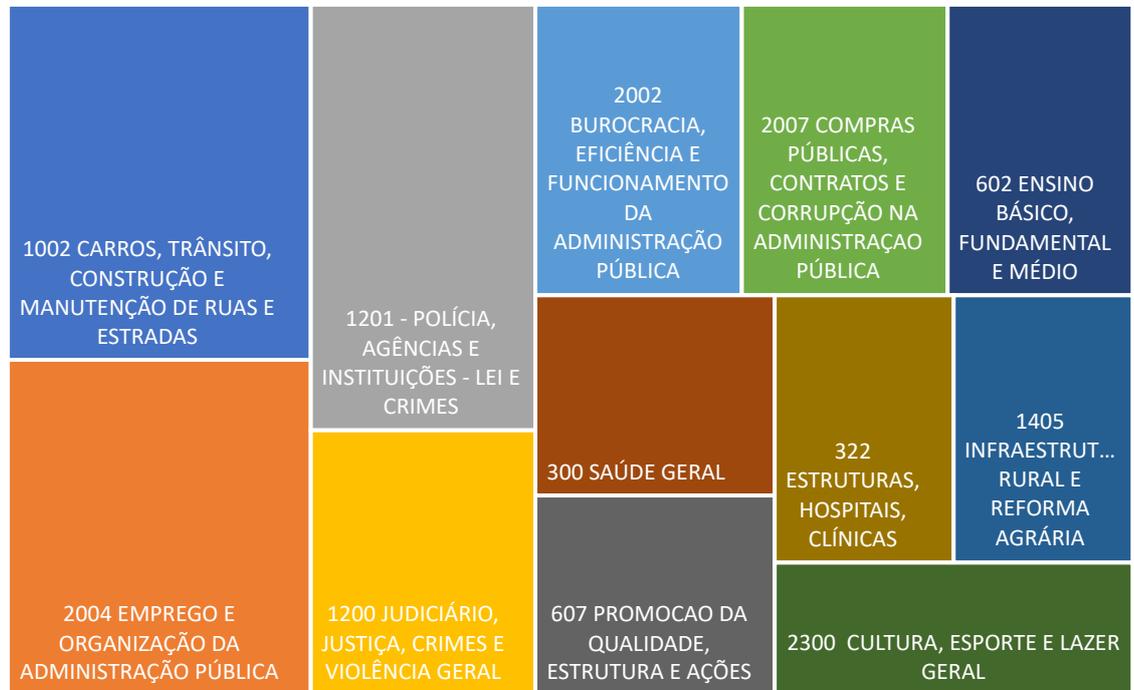
O trecho abaixo demonstra a disposição do governo ao tratar desse tema:

A propósito, esporte e cultura são áreas que também merecerão atenção especial, em razão de seu papel na construção de indivíduos e cidadãos. Nesse sentido, o Governo trabalhará, por exemplo, em favor da revitalização de espaços culturais, como o Teatro Nacional, bem como pelo aperfeiçoamento das bibliotecas e pelo aumento do orçamento do Fundo de Apoio à Cultura. (p. 9)

Embora a frequência de achados no macrocódigo relacionado 20 Governo e Administração Pública tenha sido observada, o subcódigo mais citado no documento Mensagem do ano de 2019 foi o relacionado a 1002 - Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas, o que reafirma a relevância que essa temática possui.

2019

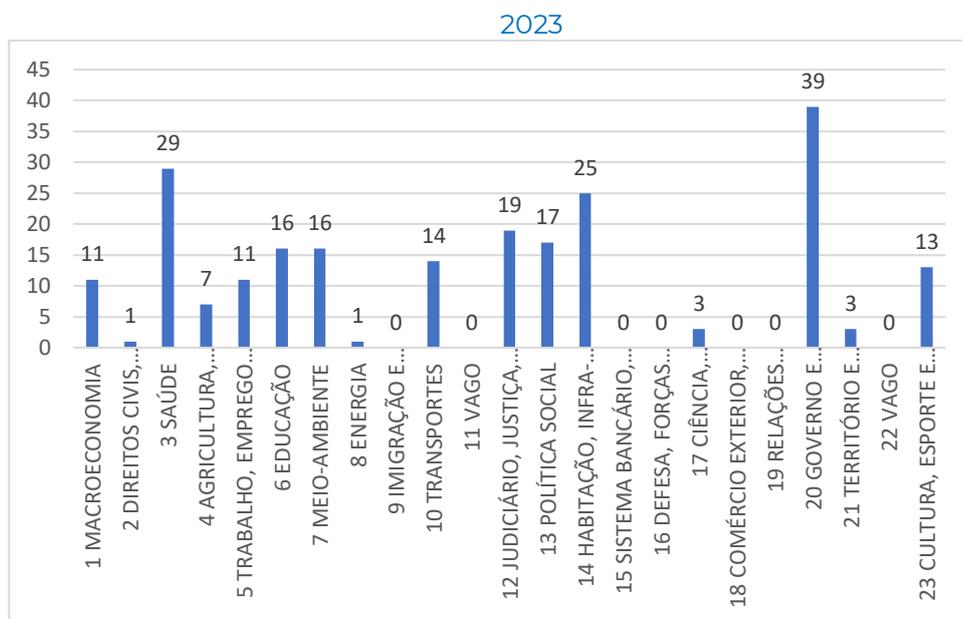
- 1002 CARROS, TRÂNSITO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS
- 2004 EMPREGO E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 1201 - POLÍCIA, AGÊNCIAS E INSTITUIÇÕES - LEI E CRIMES
- 1200 JUDICIÁRIO, JUSTIÇA, CRIMES E VIOLÊNCIA GERAL
- 2002 BUROCRACIA, EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 2007 COMPRAS PÚBLICAS, CONTRATOS E CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 602 ENSINO BÁSICO, FUNDAMENTAL E MÉDIO
- 300 SAÚDE GERAL
- 607 PROMOCAO DA QUALIDADE, ESTRUTURA E AÇÕES
- 322 ESTRUTURAS, HOSPITAIS, CLÍNICAS
- 1405 INFRAESTRUTURA RURAL E REFORMA AGRÁRIA
- 2300 CULTURA, ESPORTE E LAZER GERAL



Fonte: elaborado pela autora

Análise do documento Mensagem do ano de 2023

Em 2022, Ibaneis Rocha (MDB) foi reeleito ao governo do Distrito Federal. O resultado da apuração apontou 832.633 votos – o equivalente a 50,30% dos votos válidos. O segundo colocado foi Leandro Grass, que recebeu 434.587 votos, ou 26,25% dos válidos.



Fonte: elaborado pela autora

A análise deste gráfico que demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos do ano de 2023 e apresenta os 225 achados distribuídos por macrocódigo permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), há vários temas que não foram citados no documento analisado. alguns deles dizem respeito a assuntos que não são tratados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada. Mas outros dois temas também não foram tratados: 15 Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno e 18 Comércio exterior, importações.

O tema relacionado à 20 Governo e Administração Pública continua sendo o mais citado, seguido, em menor proporção, de 3 Saúde e 14 Habitação, infra-estrutura e reforma agrária.

Os trechos abaixo exemplificam como essas temáticas foram abordadas:

O Governo é um organismo complexo e, indubitavelmente, o trabalho e a cooperação de nossos servidores são vitais para o comando bem-sucedido. Tendo isso em mente, idealizamos ações voltadas aos trabalhadores, os quais diariamente executam atividades que favorecem, de forma direta, o desenvolvimento da cidade. (p. 13)

Temo-nos empenhado para que o sistema de saúde seja capaz de atender cada um de nossos cidadãos, na medida de suas reais necessidades, onde quer que estejam. (p. 4)

Ressalta-se, na mesma temática, a aprovação de projetos urbanísticos de regularização de 11 parcelamentos de solo pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan nas Regiões Administrativas de Samambaia, Sobradinho II e Jardim Botânico, tal como a elaboração do Plano de Ocupação para o Parque Urbano do Lago Sul, Parque Vivencial Denner, no Guará, Taguaparque, Parque do Setor O de Ceilândia e Parque do Pistão Sul. (p. 6)

A relevância do tema de saúde provavelmente foi motivada pelos reflexos da pandemia de covid-19 e o que se relaciona à habitação provavelmente decorre do empenho na regularização de lotes. O que pode ser demonstrado no seguinte trecho:

Com o surgimento da pandemia de Covid-19, tivemos de enfrentar desafios de proporções globais e consequências irreparáveis. Lamentavelmente, o maior prejuízo causado pela doença foi a perda de milhares de vidas, cujas memórias devemos conservar com solidariedade e profundo respeito. (p. 3)

Dentre os temas menos citados estão 2 Direitos civis, políticos, liberdades e minorias, 8 Energia, 17 Ciência, tecnologia e comunicações e 21 Território e recursos naturais.

O código 23 Cultura, esporte e lazer seguiu uma curva ascendente quanto à frequência de achados, o que pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 6
<i>projeto Educador Esportivo Voluntário (p. 11)</i>
<i>Programa Centro Olímpico e Paralímpico (p. 11)</i>
<i>o estímulo de atividades desportivas e de lazer através da oferta de 62 mil vagas para a prática de 29 modalidades esportivas (p. 11)</i>
<i>informatização dos Centros Olímpicos e Paralímpicos com a compra de 80 computadores e instalação de wi-fi. (p. 11)</i>
<i>descobrir atletas em potencial (p. 11)</i>

<i>e incentivados pelo Compete Brasília (p. 11)</i>
<i>Centro de Iniciação Desportiva e Centro de Iniciação Desportiva Paralímpica, que oportunizam atividades (p. 11)</i>
<i>distribuição de cerca de 13 mil uniformes, 8.300 chuteiras e 2 mil materiais desportivos. (p. 11)</i>
<i>e 29 campos sintéticos e a construção de outros 13, assim como a implantação de 20 quadras de areia. Fora isso, executamos a instalação de 65 estações de exercícios e alongamentos, 20 de skate e 1 academia ao ar livre no Parque da Cidade. (p. 11)</i>
<i>reformas do Teatro Plínio Marcos, da Galeria Fayga Ostrower e do Espaço Oscar Niemeyer; inauguramos o Centro de Atendimento ao Turista – CAT da Quadra Modelo; e encarregamo-nos de reativar os elevadores do mirante da Torre de TV, um dos monumentos mais emblemáticos da Capital Federal. (p. 11)</i>
<i>55º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (p. 11)</i>
<i>o amparo ao Fundo de Apoio à Cultura – FAC, o maior instrumento de fomento à cultura per capita do país, que auxiliará na criação de eventos, gerando renda e promovendo empregos. (p. 14)</i>
<i>Teatro Nacional, há tantos anos sem funcionamento, será reaberto e o sistema de bibliotecas do DF, em consonância com as ações voltadas à educação, será ampliado com o propósito de democratizar seu alcance (p. 14)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2019 relacionados ao macrocódigo 23 Cultura, esporte e lazer

2023

- 322 ESTRUTURAS, HOSPITAIS, CLÍNICAS
- 2004 EMPREGO E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 2300 CULTURA, ESPORTE E LAZER GERAL
- 1002 CARROS, TRÂNSITO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS
- 502 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
- 331 REVENÇÃO, CAMPANHAS E PROMOÇÃO
- 1403 REABILITAÇÃO URBANA, ECONOMIA URBANA
- 2002 BUROCRACIA, EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 2099 OUTROS
- 100 MACROECONOMIA GERAL
- 304 CUIDADOS PRIMÁRIOS E ATENÇÃO BÁSICA
- 1201 POLÍCIA, AGÊNCIAS E INSTITUIÇÕES - LEI E CRIMES
- 1301 ASSISTÊNCIA ALIMENTAR
- 1302 COMBATE A POBREZA, ASSITÊNCIA FINANCEIRA E RENDA



Fonte: elaborado pela autora

No que se refere à análise dos subtemas apresentados na Mensagem de 2023, é possível notar no gráfico que demonstra diversidade e frequência dos mais citados subcódigos do ano de 2023, que o subcódigo mais citado se relaciona à saúde: 322 Estruturas, hospitais e clínicas.

Tabela 7
<i>falta de leitos, especialmente em unidades de terapia intensiva, (p. 4)</i>
<i>o déficit de profissionais e a (p. 4)</i>
<i>exiguidade de insumos. (p. 4)</i>
<i>construímos três hospitais, (p. 4)</i>
<i>dez Unidades Básicas de Saúde – UBSs (p. 4)</i>
<i>e sete Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, (p. 4)</i>
<i>recuperamos a infraestrutura de diversas unidades de saúde e (p. 4)</i>
<i>atender cada um de nossos cidadãos, na medida de suas reais necessidades, onde quer que estejam (p. 4)</i>
<i>erguemos quatro bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu (p. 4)</i>
<i>edificamos o Hospital da Cidade do Sol, com 120 leitos, que passou a assistir aos moradores de Ceilândia e Brazlândia. (p. 4)</i>
<i>aquisição de nova câmara fria para a Farmácia Central (p. 4)</i>
<i>implantar 1 Hospital do Servidor (p. 14)</i>
<i>e outros 3 hospitais (p. 14)</i>
<i>2 UPAs e 5 Centros de Atenção Psicossocial – Caps. (p. 14)</i>

Tabela que demonstra os trechos da Mensagem de 2023 relacionados ao subcódigo 322 Estruturas, hospitais e clínicas

Destaque deve ser dado ao subcódigo 2300 Cultura, esporte e lazer geral, visto ser essa uma temática que sempre figurou entre os tópicos menos citados nos documentos Mensagem. Aqui ele não é só citado, mas também adquire relevância se comparado com outros subcódigos.

O trecho abaixo descrito destaca essa ênfase:

Convém ratificar que o Governo tenciona que a esfera cultural ganhe mais força neste novo mandato, de forma que o Teatro Nacional, há tantos anos sem funcionamento, será reaberto e

o sistema de bibliotecas do DF, em consonância com as ações voltadas à educação, será ampliado com o propósito de democratizar seu alcance. (p. 14)

Análise Comparada Dos Documentos Mensagem Ao Longo Dos Anos De 1999 A 2023

Este trabalho buscou apresentar o panorama de cada ano da agenda de prioridades dos governadores do Distrito Federal ao longo das últimas sete legislaturas.

Até então foram apresentados gráficos que propuseram a análise dos achados de cada um dos governos ao longo dos anos de 1999 até 2023. A partir de agora, serão apresentadas comparações entre esses achados. Assim, será possível avaliar cada macrocódigo ao longo dos anos, o que permitirá uma visão comparada entre os governos.

Por meio dos gráficos que foram apresentados anualmente, foi possível produzir a tabela abaixo que apresenta a quantidade de achados por macrocódigo e que destaca a ênfase empregada pelo governador da época a cada tema em suas Mensagens ao longo dos anos, permitindo, assim, uma visão tanto de capacidade quanto de diversidade de macrocódigos nas Mensagens.

A tabela permite a comparação da frequência de cada macrocódigo ao longo dos anos, (representando na última coluna da tabela quantas vezes o macrocódigo foi retratado ao longo dos anos) além de possibilitar a verificação da diversidade, por meio da multiplicidade de achados em cada ano (representada na última linha da tabela, com a quantidade de macrocódigos cujos resultados tenham sido diferentes de zero).

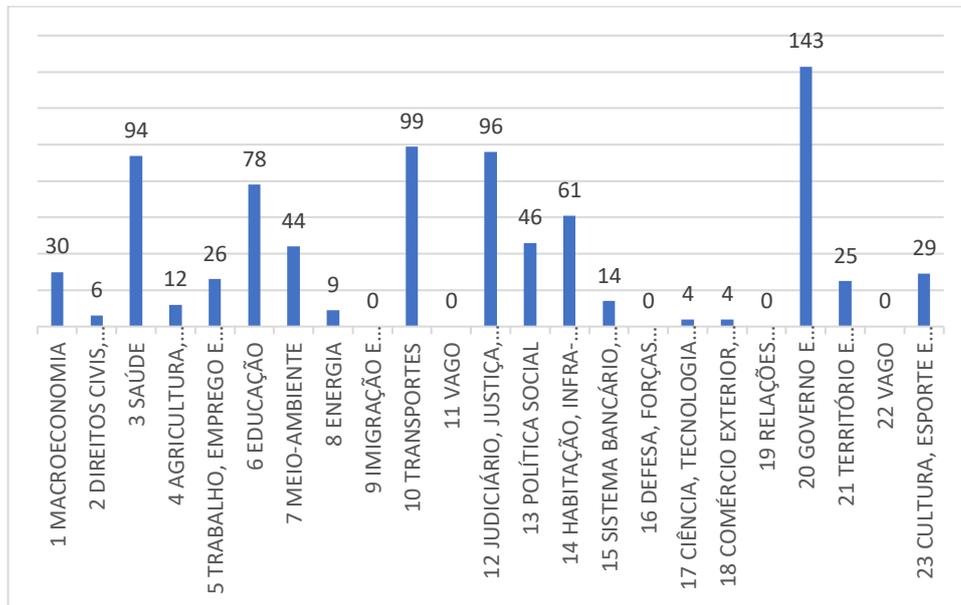
Assim, é possível verificar que justamente os governadores que experimentaram reeleição são os que apresentam maior índice tanto de frequência quanto de diversidade de temas de políticas públicas retratadas no documento Mensagem.

Figura 1		1999	2003	2007	2011	2015	2019	2023	Capacidade
Macro código	1 MACROECONOMIA	0	9	1	0	6	3	11	30
	2 DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, LIBERDADES E MINORIAS	0	4	0	0	1	0	1	6
	3 SAÚDE	13	2	3	3	5	39	29	94
	4 AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	0	0	0	0	0	5	7	12
	5 TRABALHO, EMPREGO E PREVIDÊNCIA	3	3	0	2	0	7	11	26
	6 EDUCAÇÃO	14	2	2	9	3	32	16	78
	7 MEIO-AMBIENTE	3	7	0	0	4	14	16	44
	8 ENERGIA	6	0	0	0	0	2	1	9
	9 IMIGRAÇÃO E REFUGIADOS	0	0	0	0	0	0	0	0
	10 TRANSPORTES	14	26	3	3	4	35	14	99
	11 VAGO	0	0	0	0	0	0	0	0
	12 JUDICIÁRIO, JUSTIÇA, CRIMES E VIOLÊNCIA	14	6	9	4	5	39	19	96
	13 POLÍTICA SOCIAL	3	15	2	7	1	1	17	46
	14 HABITAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA E REFORMA AGRÁRIA	9	4	1	4	3	15	25	61
	15 SISTEMA BANCÁRIO, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E COMÉRCIO INTERNO	0	8	1	1	1	3	0	14
	16 DEFESA, FORÇAS ARMADAS, MILITARES E GUERRA	0	0	0	0	0	0	0	0
	17 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES	0	0	0	0	1	0	3	4
	18 COMÉRCIO EXTERIOR, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	0	2	0	0	0	2	0	4
	19 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA	0	0	0	0	0	0	0	0
	20 GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	10	16	12	16	47	39	143
	21 TERRITÓRIO E RECURSOS NATURAIS	3	4	0	1	0	14	3	25
	22 VAGO	0	0	0	0	0	0	0	0
	23 CULTURA, ESPORTE E LAZER	3	3	1	1	0	8	13	29
Diversidade		12	15	10	11	12	16	16	
Total achados		88	105	39	47	50	266	225	820

Tabela que sintetiza diversidade e capacidade dos macrocódigos em cada ano, apresentando totalizações por macrocódigo e por ano de análise.

A partir dessa tabela, foi possível a construção do gráfico abaixo, que representa a frequência de cada um dos macrocódigos ao longo dos anos.

Total de 820 achados por macrocódigo



Fonte: elaborado pela autora

A análise deste gráfico demonstra diversidade e frequência dos macrocódigos de todos os anos analisados e que apresenta os 820 achados distribuídos por macrocódigo permite verificar que além dos códigos vagos (11 e 22), os únicos temas que não foram citados nos documentos analisados dizem respeito a assuntos que não são tratados em nível distrital, tais como: 9 Imigração e refugiados; 16 Defesa, forças armadas, militares e guerra e 19 Relações internacionais e política externa, o que serve para reforçar a validade da análise aplicada. Todos os outros temas foram de alguma forma citados nos documentos, alguns com mais frequência que outros.

Dentre os temas menos citados estão os que se referem à 17 Ciência, tecnologia e comunicações, ao 18 Comércio exterior, importações e exportações; aos 2 Direitos civis, políticos, liberdades e minorias e à 8 Energia.

O tema mais citado foi o 20 Governo e Administração Pública. Isso se explica devido aos aspectos relacionados ao próprio funcionamento da máquina administrativa, da área de pessoal, inclusive no que se refere à remuneração de servidores públicos, de

questões atinentes à corrupção na Administração Pública, aspecto esse que passou a ser comentado após os escândalos que ocorreram no Distrito Federal e colocaram em xeque a credibilidade dos governantes, o que contribuiu para que esse assunto fosse incluído na elaboração do documento Mensagem e para que o tema relacionado à transparência e eficiência da Administração Pública passasse a ganhar destaque ao longo dos anos.

Seguem, na tabela abaixo, os trechos das mensagens em que os governadores mencionam temas relacionados a este macrocódigo:

Tabela 9		
Ano	Trecho do documento Mensagem	Subcódigo
1999	<i>descentralização dos órgãos da administração direta e indireta, inclusive empresas públicas, concentrando nas estações do Metrô os serviços de atendimento ao público</i>	2001
	<i>criação de um órgão do governo do Distrito Federal, diretamente vinculado ao governador, para cuidar exclusivamente da preservação de Brasília enquanto Patrimônio Artístico e Cultural da Humanidade</i>	2000
	<i>implantação de política que valorize e eleve a auto-estima do servidor público</i>	2000
2003	<i>Criando o Conselho e a Agência de Desenvolvimento Social do Distrito Federal</i>	2000
	<i>acompanhará e fiscalizará a implementação das políticas públicas</i>	2002
	<i>zelar pela preservação do patrimônio público</i>	2002
	<i>implementação de novos sistemas integrados de comunicações e informática</i>	2002
	<i>alocação de recursos humanos qualificados e suficientes</i>	2004
	<i>criou a nova Secretaria de Turismo</i>	2000
	<i>modernização institucional</i>	2002
	<i>excelência na prestação de serviços ao cidadão</i>	2002
	<i>melhoria na gestão de recursos humanos</i>	2004
	<i>implantação da agência distrital de água</i>	2000
2007	<i>eficiência administrativa</i>	2002
	<i>integrar descentralizar e modernizar</i>	2001
	<i>criação do Instituto do Meio Ambiente</i>	2000
	<i>Criação de uma empresa de fomento ao turismo</i>	2000
	<i>aperfeiçoamento dos instrumentos da gestão fiscal</i>	2009
	<i>diminuímos em consequência as estruturas</i>	2000
	<i>os cargos em comissão</i>	2005
<i>despesas de custeio</i>	2004	

	<i>cortar gastos e reduzir despesas</i>	2004
	<i>aumentar a eficiência da máquina administrativa</i>	2002
	<i>oferecer serviços públicos de melhor qualidade à população</i>	2002
	<i>devolveu quase seiscentos carros e quarenta imóveis</i>	2008
	<i>desqualificação do ICS</i>	2009
	<i>venda de sessenta e dois apartamentos funcionais do GDF</i>	2008
	<i>melhorar os serviços</i>	2002
	<i>convocamos mil duzentos e cinquenta e cinco professores concursados que vão substituir os temporários</i>	2004
2011	<i>corrupção e outros crimes cometidos contra a administração pública</i>	2007
	<i>implantarei sistemas de gestão</i>	2002
	<i>aumento da produtividade</i>	2015
	<i>premiem aqueles que têm melhor desempenho</i>	2015
	<i>reorganizar o funcionamento da máquina pública</i>	2002
	<i>aumentar a transparência do governo para resgatar a credibilidade perdida</i>	2007
	<i>fortalecer a ação repressiva contra servidores e empresas que tenham praticado fraudes</i>	2007
	<i>criei a Secretaria de Estado da Transparência e Controle atuar na fiscalização e controle para que a corrupção não tenha chance</i>	2000
	<i>proibição do nepotismo</i>	2005
	<i>regulamentação dos executores de contrato</i>	2007
	<i>criamos a nova Secretaria da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte</i>	2000
2015	<i>pagamentos de 13º, férias, horas extras e outros benefícios de servidores atrasados.</i>	2004
	<i>greves e paralizações de servidores e terceirizados por falta de pagamento</i>	2007
	<i>empresas que prestaram serviços, mas não receberam o que lhes era devido</i>	2007
	<i>normalizar os pagamentos é um dos mais importantes desafios</i>	2004
	<i>redução imediata dos cargos comissionados</i>	2005
	<i>redução das administrações regionais, de 31, para 25</i>	2000
	<i>cutte de 1310 cargos comissionados</i>	2005
	<i>extinção e fusão de secretarias</i>	2000
	<i>recadastramento de servidores e a auditoria da folha de pagamento</i>	2004
	<i>renegociação de pagamentos a fornecedores do Governo</i>	2007
	<i>unidades desabastecidas de remédios básicos</i>	2007
	<i>dívidas com servidores e fornecedores</i>	2007
	<i>designar servidores para postos de atendimento emergencial</i>	2004
	<i>fusão e extinção de secretarias</i>	2000
	<i>renegociação de contratos</i>	2007
	<i>eficiência administrativa</i>	2002
2019	<i>limpeza de vias,</i>	2002
	<i>poda de árvores,</i>	2002
	<i>troca de lâmpadas</i>	2002

<i>transparência e eficiência</i>	2002
<i>pendência de pagamentos a fornecedores</i>	2007
<i>suspensão de contratos de serviços de apoio.</i>	2007
<i>agilizam-se aquisições de remédios e insumos,</i>	2007
<i>contratação de serviços e empregados temporários,</i>	2004
<i>nomeação de servidores,</i>	2005
<i>ampliação da carga horária de trabalho</i>	2004
<i>implementado um sistema informatizado de qualidade,</i>	2002
<i>o agendamento de consultas e exames via telefone,</i>	2002
<i>plataforma de internet ou aplicativo para celular.</i>	2002
<i>sistema de saúde deve estar ao alcance das pessoas</i>	2002
<i>efetivar o pagamento de atrasados e</i>	2004
<i>conceder remuneração justa.</i>	2004
<i>estabelecendo gratificação por oito horas de turno ou escala de trabalho.</i>	2004
<i>superação do déficit de servidores na área,</i>	2004
<i>nomeações referentes ao concurso público realizado recentemente</i>	2005
<i>valorizar as respectivas profissões</i>	2004
<i>estruturação de planos de carreira</i>	2004
<i>capacitação continuada</i>	2004
<i>proposta de recomposição salarial das forças de segurança do DF</i>	2004
<i>Cidade Inteligente</i>	2002
<i>implantar um Canal Único de Atendimento aos Cidadãos, acessível por meio de telefone, aplicativo de celular e plataforma na internet</i>	2002
<i>convocação de professores concursados</i>	2004
<i>valorização de nossos profissionais de ensino</i>	2004
<i>capacitação continuada</i>	2004
<i>atualização permanentes</i>	2004
<i>aumento da remuneração</i>	2004
<i>formação continuada dos servidores públicos</i>	2004
<i>entrega de 63 novos micro ônibus</i>	2007
<i>concluir a licitação para a reforma de dois viadutos na avenida N2</i>	2007
<i>dinamizar o desenvolvimento da infraestrutura</i>	2007
<i>concessões</i>	2007
<i>estabelecimento de Parcerias Público-Privadas</i>	2007
<i>propostas de interessados em administrar o Autódromo Internacional de Brasília</i>	2007
<i>revitalização do espaço</i>	2007
<i>capacitação aos nossos trabalhadores</i>	2009
<i>criados ainda postos avançados da central de aprovação de projetos</i>	2000
<i>uma subsecretaria de regularização fundiária e novos parcelamento</i>	2000
<i>racionalização da máquina pública</i>	2002
<i>austeridade no gasto público</i>	2009

	<i>eficiência na arrecadação</i>	2009
	<i>integrar planos estratégicos aos instrumentos de planejamento do governo (PPA, LDO E LOA)</i>	2009
	<i>criou a Secretaria de atendimento comunitário</i>	2000
	<i>aumentar o número de administrações regionais</i>	2000
	<i>interligando-as ao sistema da SSP e aos batalhões Ambiental e Rural</i>	2004
2023	<i>a criação de quatro Regiões Administrativas – RAs,</i>	2000
	<i>o lançamento do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal – Refis 2020 e 2021,</i>	2009
	<i>Codeplan passou a ser Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal</i>	2000
	<i>Censo da População em Situação de Rua,</i>	2013
	<i>à Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD Rural</i>	2013
	<i>pesquisas domiciliares destinadas à obtenção de dados socioeconômicos da comunidade LGBTQIAP+.</i>	2013
	<i>Pesquisa de Emprego e Desemprego,</i>	2013
	<i>reformulou o Portal da Transparência e</i>	2002
	<i>criou o portal DFLegis</i>	2002
	<i>atingiu, de forma inédita, 100% do Índice de Transparência Ativa – ITA em 2021</i>	2002
	<i>contratação de 2.131 profissionais temporários</i>	2004
	<i>e 3.311 servidores efetivos</i>	2005
	<i>contratamos mais de dez mil profissionais,</i>	2004
	<i>contratação temporária de aproximadamente 500 agentes comunitários de saúde</i>	2004
	<i>admissão de 134 médicos</i>	2005
	<i>revisamos as alíquotas de ICMS</i>	2009
	<i>permitindo que as empresas recolham o tributo somente depois da venda</i>	2009
	<i>investimos no quadro de pessoal efetivo das forças militares, proporcionando a admissão de 216 novos Bombeiros Militares e de 750 Praças Policiais Militares</i>	2005
	<i>e capacitar 332 policiais.</i>	2004
	<i>e investimos na contratação e formação continuada de nossos profissionais.</i>	2004
	<i>o primeiro concurso para a carreira de Magistério Superior destinado a compor os quadros da UnDF.</i>	2004
	<i>a quinta posição entre as cidades mais inteligentes do Brasil</i>	2002
	<i>oferecimento de serviços digitais à população.</i>	2002
	<i>o Projeto CITInova</i>	2002
	<i>contratamos 150 brigadistas florestais</i>	2004
	<i>o provimento de concurso público</i>	2004
	<i>Vem DF, que tem o objetivo de promover a eletromobilidade por meio da disponibilização de veículos elétricos para uso compartilhado entre os servidores do GDF.</i>	2009
	<i>não só ajuda no deslocamento dos trabalhadores, como também beneficia o meio ambiente, por se tratar de uma alternativa ecológica</i>	2002

<i>reestruturar e ampliar o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – Inas/DF</i>	2099
<i>expansão do GDF Saúde</i>	2099
<i>bem-estar dos trabalhadores</i>	2099
<i>implantado o Espaço Qualidade de Vida</i>	2099
<i>criada, ainda, a Academia Buriti</i>	2099
<i>abrimos o Berçário Buriti</i>	2099
<i>Reajustamos 3.337 Funções Gratificadas Escolares – FGEs</i>	2004
<i>criamos e implementamos 1.940 Gratificações de Atividade de Coordenação Pedagógica – Gacops.</i>	2004
<i>s pagamentos da terceira parcela do reajuste salarial.</i>	2004
<i>concursos para prover recursos humanos à SES,</i>	2004
<i>disponibilizaremos cursos de capacitação continuada aos profissionais da área</i>	2004

Tabela que consolida os trechos das Mensagens relacionados ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública ao longo dos anos

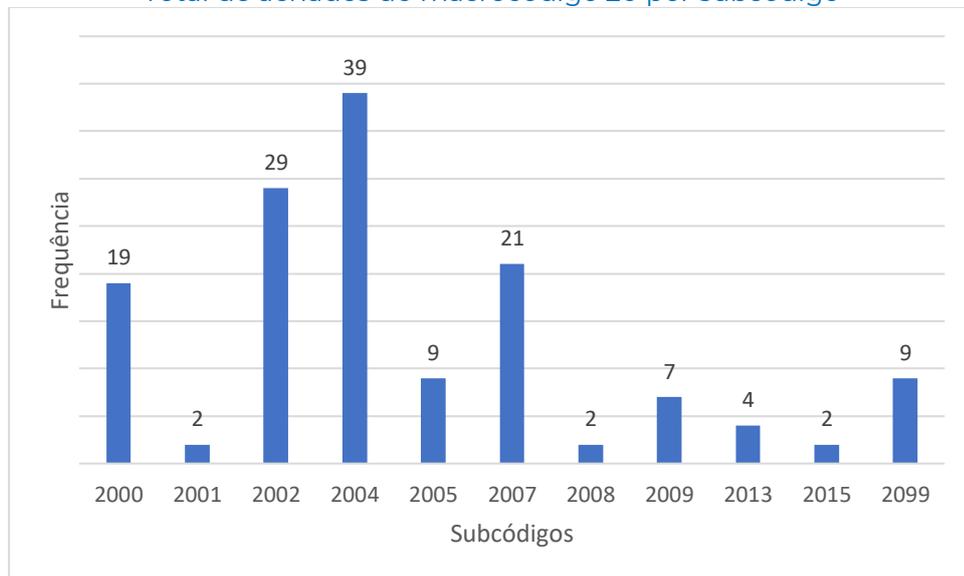
Encontram-se, nesses achados, questões relacionadas à modernização institucional, descentralização, eficiência, racionalização, transparência, fiscalização, corrupção, dentre outros afetos à Administração Pública.

Os demais temas mais citados referem-se a 10 Transportes; 12 Judiciário, justiça, crimes e violência e 3 Saúde.

A análise dos subtemas permite confirmar que os itens 2004 Emprego e organização da Administração Pública e 2007 Compras públicas, contratos e corrupção na Administração Pública figuram entre os dez mais citados nos documentos analisados, demonstrando a relevância dada a essas temáticas pelos governadores ao longo do tempo.

O gráfico abaixo que demonstra diversidade e frequência dos subcódigos relacionados ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública em todos os anos analisados, apresenta a distribuição dos subcódigos subordinados ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública nos trechos dos documentos Mensagens dos diversos anos analisados.

Total de achados do macrocódigo 20 por subcódigo



Fonte: elaborado pela autora

Sem diminuir a relevância desse achado que comprova o crescimento da atenção à essa temática, é preciso mencionar que a estruturação sobre a qual o instrumento foi construído também contribui para essa concentração de achados no código 20 Governo e Administração Pública. Para exemplificar este raciocínio, é possível observar o que ocorre com o tema relacionado às aquisições.

Móveis adquiridos para hospitais, por exemplo são classificados em um subcódigo da área relacionada à saúde. (322 Estruturas, hospitais, clínicas) Entretanto, móveis adquiridos para escolas ou delegacias, por exemplo, não possuem previsão de classificação nos subcódigos específicos, relacionados às áreas de educação e justiça, respectivamente. O subcódigo 2007 Compras públicas, contratos e corrupção na Administração Pública torna-se, portanto, a opção de classificação, uma vez que em última análise as aquisições representam compra pública. Essa construção acaba por concentrar no código 20 várias questões relacionadas à diversas áreas de atuação da Administração Pública, o que deve ser considerado quando da interpretação dos achados.

Ao analisar o trecho da tabela abaixo, que evidencia os 20 subtópicos mais utilizados em cada um dos anos dos documentos analisados, é possível verificar os seguintes pontos.

1999		2003		2007		2011		2015		2019		2023	
Subtópico	Frequência												
1002	11	1002	22	1200	5	2007	5	2007	6	1002	18	322	14
322	5	100	9	2002	4	603	3	105	4	2004	17	2004	13
1401	5	1300	7	2000	3	607	3	1211	4	1201	16	2300	13
607	4	2002	5	2004	3	1302	3	2004	4	1200	10	1002	10
802	4	1001	4	607	2	602	2	703	3	2002	10	502	8
1205	4	1524	4	1001	2	322	2	1400	3	2007	10	331	7
1211	4	701	3	1299	2	1002	2	2000	3	602	9	1403	7
600	3	700	3	2008	2	1203	2	300	2	300	8	2002	7
602	3	1200	3	105	1	1400	2	600	2	607	8	2099	7
604	3	1302	3	335	1	2000	2	322	2	322	8	100	6
1302	3	1400	3	399	1	2002	2	1002	2	1405	8	304	6
2300	3	1500	3	322	1	2015	2	2005	2	2300	8	1201	6
300	2	2000	3	1000	1	341	1	107	1	600	7	1301	6
332	2	2101	3	1205	1	502	1	100	1	1001	7	1302	6
334	2	2300	3	1211	1	500	1	206	1	304	6	402	5
500	2	204	2	1300	1	600	1	301	1	2100	6	1200	5
700	2	506	2	1399	1	1001	1	799	1	2101	6	1300	5
1000	2	1299	2	1400	1	1206	1	602	1	399	5	1400	5
1200	2	1301	2	1524	1	1211	1	1000	1	711	5	1401	5
1201	2	2004	2	2001	1	1300	1	1001	1	603	5	1404	5

Fonte: elaborado pela autor

O subcódigo 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas (destacado em amarelo) aparece em seis dos sete documentos analisados. Em três deles, é o subtópico de maior frequência. Apenas no ano de 2007 que essa temática não foi retratada na Mensagem inaugural do governador.

O subcódigo 322 Estruturas, hospitais, clínicas (destacado na cor laranja) é outro que aparece com certo grau de relevância, tendo se apresentado em cinco dos sete documentos analisados, sendo que apenas em dois deles figura com relevante frequência.

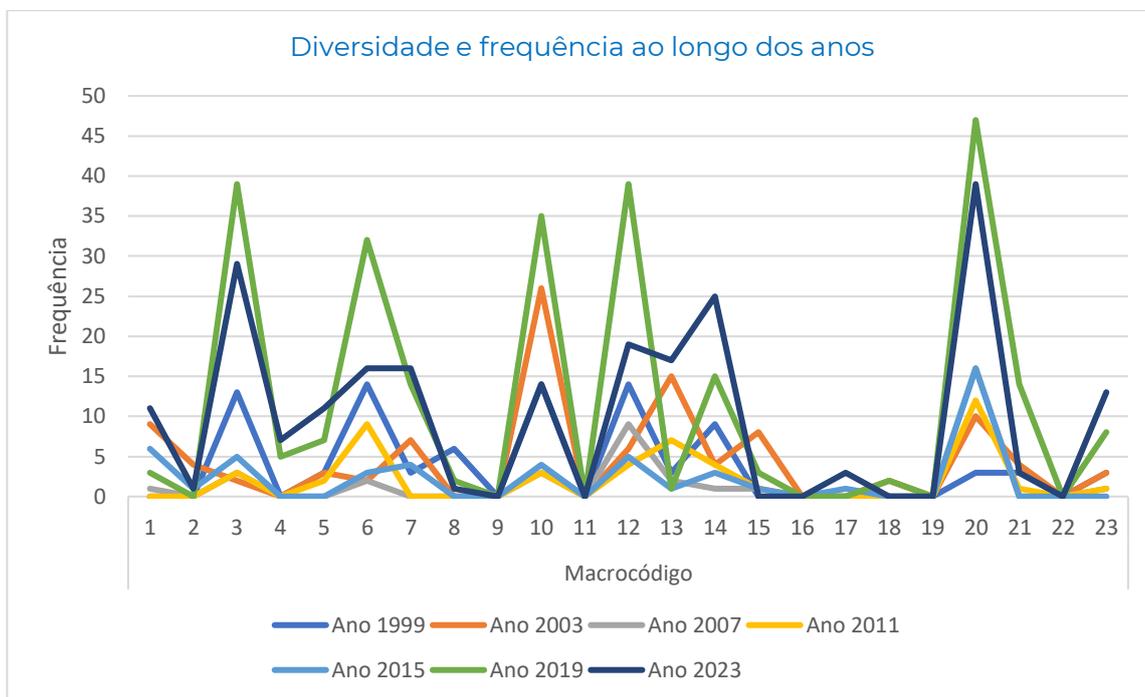
O subcódigo 2007 Compras públicas, contratos e corrupção na Administração Pública (destacado na cor azul) figurou na primeira posição em frequência, independentemente de reeleição, mas justamente nos anos que se seguiram ao escândalo da operação Caixa de Pandora, não tendo sido sequer mencionado nos documentos anteriores. Aparece ainda, de maneira mais tímida, no ano 2019 e sequer é citado no ano de 2023, o que era esperado, devido à reeleição do atual governador. Esse achado permite demonstrar que mesmo em um cenário de mudança de governo, é possível experimentar a manutenção de políticas públicas.

A continuidade de políticas públicas pode ser verificada nos dois governos de Roriz, em que figura em primeiro lugar a questão relacionada a 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas e nos governos de Ibaneis, que manteve dois dos temas mais frequentes em seus governos: 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas e 2004 Emprego e organização da Administração Pública.

No gráfico apresentado abaixo, que sintetiza diversidade e frequência dos macrocódigos por ano de análise, os governos são representados por cores (a legenda exibe o ano de cada um deles). A frequência dos achados aparece no eixo vertical e a multiplicidade de temas de políticas públicas citados nos documentos Mensagem pode ser verificada no eixo horizontal, por macrocódigo, resultando na comparação entre os governos.

Assim, quanto mais altos os picos apresentados nas linhas coloridas, mais frequência foi experimentada pelo respectivo governo e

quanto mais diversificada tenha sido sua pauta, mais itens estarão retratados nos macrocódigos apresentados.



Fonte: elaborado pela autora

Há que se destacar o fato de que em alguns temas a agenda de políticas públicas é bastante similar. Há temas que apresentam praticamente uma sobreposição de linhas, o que evidencia a recorrência do tratamento da matéria nos governos analisados. É possível verificar esse fato ao analisar o macrocódigo 20 Governo e Administração Pública, por exemplo.

A quantidade de páginas dos documentos analisados é outro aspecto que deve ser levado em consideração uma vez que isso pode influenciar na relevância dos achados, sobretudo quando os documentos são compostos por menos páginas. Há que se considerar que em um documento composto por poucas páginas, os achados podem ter maior representatividade.



5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram, portanto, analisadas capacidade e diversidade de temas e subtemas de políticas públicas apresentados nas sete Mensagens encaminhadas dos governadores do Distrito Federal ao longo dos últimos vinte e quatro anos à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Os achados demonstraram que há sim a comprovação de que a reeleição é responsável pela manutenção de políticas públicas, uma vez que tende a facilitar o monopólio de políticas públicas, embora tenha sido possível verificar que situações adversas, como, por exemplo, o grande escândalo de corrupção envolvendo o alto escalão do executivo distrital, também são responsáveis por conduzir a tônica dos temas tratados no documento denominado Mensagem e manter em pauta temas, independentemente da reeleição.

A inclusão de tema relacionado a uma eventualidade na agenda, como o escândalo de corrupção, caracteriza-se por oportunidade momentânea prontamente aproveitada pelo governador da época, o que corrobora com o conceito de janelas de oportunidade retratado pela literatura.

Outro conceito mobilizado da literatura passível de verificação é o de empreendedores de políticas, uma vez que se aproveitam de momentos sensíveis como o retratado para oferecer um pacote de problemas e soluções que possa lhes favorecer, seja por genuína preocupação, seja por busca de benefícios próprios.

Há que se considerar também o fato de que o governador, no momento da elaboração dos documentos analisados nesse trabalho goza de uma vantagem relacionada à liberdade para tratar de temas que ele mesmo elege, o que normalmente não ocorre quando a agenda é discutida com outros atores, uma vez que envolve constrangimentos institucionais, custos operacionais e apoio.

Foi possível verificar que nem sempre os subtópicos específicos mais citados nos documentos Mensagem refletem a frequência de achados equivalente aos macrocódigos a que estão subordinados. Ou seja: por vezes o macrocódigo mais citado em determinado ano não

corresponde ao subcódigo mais citado naquele mesmo ano, o que evidencia uma exceção à regra.

Ora, cada subtópico está invariavelmente vinculado ao macrocódigo a que corresponde. Trata-se de uma regra do *Master Codebook*, que diz: “Cada um dos 211 subcódigo recebe um código numérico de 4 dígitos, sendo que os 2 primeiros dígitos são iguais ao do macrocódigo;”

Portanto, era de se supor que o subcódigo mais citado corresponderia a seu respectivo macrocódigo. Ocorre que, quando há grande diversidade de subcódigos subordinados a um mesmo macrocódigo no documento Mensagem de determinado ano, surge uma situação inusitada, em que o subcódigo mais citado pode não corresponder ao macrocódigo mais citado.

Portanto, a frequência de subcódigos corresponde à frequência de seus respectivos macrocódigos, exceto quando houver diversidade de subcódigos dentro de um mesmo macrocódigo, situação essa que contribuirá para o aumento da frequência de utilização daquele macrocódigo e conseqüente discrepância entre um e outro.

Esse fato ocorreu nos anos de 2007, 2019 e 2023 e pode ser explicado da seguinte maneira: no ano 2007, por exemplo, o subcódigo 1200 Judiciário, justiça, crimes e violência geral foi referenciado cinco vezes, tornando-o o subtema mais tratado no documento Mensagem. Ocorre que o macrocódigo mais citado foi o 20 Governo e Administração Pública. (E não o 12 Judiciário, justiça, crimes e violência, como esperado)

Os subcódigos 2000, 2001, 2002, 2004, 2005, 2008, 2009 e 2099, que somados totalizaram 16 referências, contribuíram para que o macrocódigo 20 tenha sido o mais citado no documento Mensagem daquele ano em contraposição ao macrocódigo 12, que além do subcódigo 1200 mais citado, mencionou apenas os subcódigos 1205, 1211 e 1299, que totalizaram apenas 9 achados, diminuindo a média da frequência de menções ao macrocódigo 12 no documento como um todo.

Em 2019 e 2023 ocorreram situações semelhantes, relacionadas aos subcódigos 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas e 322 Estrutura, hospitais, clínicas, respectivamente, que não

correspondiam ao macrocódigo 20 Governo e Administração Pública mais citado nesses anos.

O macrocódigo 20 Governo e Administração Pública foi um tema que ao longo dos anos passou a ocupar lugar de destaque nos documentos Mensagem e o subcódigo 1002 Carros, trânsito, construção e manutenção de ruas e estradas comprova que esse é um problema público latente na capital até hoje.

Importa ressaltar que o presente estudo se limitou a analisar as Mensagens encaminhadas no primeiro ano de cada mandato. É possível que haja modificação do cenário apresentado caso as Mensagens dos 4 anos de mandato sejam analisadas comparativamente ou mesmo que os dados resultantes dessa análise sejam comparados com os relatórios anuais ou com reportagens ou mesmo com atos normativos dos respectivos anos, possibilidades essas que podem ser exploradas em novas frentes de pesquisa.

Trata-se, certamente, de um campo em permanente evolução e que tem ganhado novas frentes de pesquisa em âmbito nacional, conforme retrata o artigo em que os novos caminhos do *Brazilian Policy Agendas Project* são apresentados à comunidade acadêmica pelo Professor Felipe Brasil, que desde 2021 tem conduzido as novas frentes de trabalho na análise do processo de formação de agenda e de mudanças em políticas públicas.

São exemplos dessas novas frentes de trabalho a análise de conteúdo das decisões do controle de constitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal; a atenção dos presidentes sobre as políticas de ensino básico em documentos oficiais; a comparação entre os discursos de Trump e Bolsonaro por meio da análise do período pré-eleitoral com os debates eleitorais e o plano de governo e do período pós-eleitoral com a análise das declarações proferidas no *State of the Union* por Donald John Trump, e nos Discursos de Posse e Mensagens ao Congresso de Jair Messias Bolsonaro, e, por fim a análise do orçamento federal como indicador de formação de agenda e de prioridades em políticas públicas em nível nacional, mapeando e codificando o orçamento com os mesmos critérios metodológicos com que os demais dados são tratados. Essas iniciativas demonstram a multiplicidade de análise que pode ser aplicada.

Como este estudo é pioneiro no âmbito do Distrito Federal, a proposta limitou-se a organizar e sistematizar as informações contidas

nos documentos analisados, possibilitando, por outro lado, comparações em estudos futuros.

É sabido que a aplicação de métodos de categorização de conteúdo com o objetivo de medir a frequência da ocorrência de diversas políticas públicas em documentos oficiais permite aos pesquisadores a elaboração de análises e comparações rigorosas ao longo do tempo, dentro de um mesmo governo ou entre governos, evidenciando variações na atenção sobre os problemas e, conseqüentemente, nas prioridades e no processo de produção das políticas públicas.

Pretendeu-se, com esse trabalho, chamar atenção para a relevância das informações governamentais, que são produzidas de maneira orgânica e gravadas em documentos oficiais. Trata-se de possibilitar a aplicação de políticas públicas baseadas em evidências, que necessariamente dependem da gestão documental aplicada a estes documentos para que sejam acessíveis, a fim de que seja possível o estudo comparado ao longo do tempo.

Afinal, políticas públicas baseadas em evidências não podem ser elaboradas sem a aplicação de uma consistente gestão documental que garanta o acesso aos documentos desde sua produção até sua destinação final.

/



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 78, 2019. DOI: 10.12660/cgpc.v24n78.76950. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/76950>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

COBB, W. Roger & Elder, V. Charles. The politics of agenda building: na alternative perspective for modern democratic theory. *Journal of Politics*, 33, 1971.

DEARING, J. W.; Rogers, E. M. *Agenda-Setting*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Limites do controle externo da administração pública - ainda é possível falar em discricionarieidade administrativa? *Revista Brasileira de Direito Público*, n. 42, p. 9-24, 2013. Disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2015/06/ebook-10-artigos-controle-administracao-publica-selecao.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

JONES, B., Baumgartner, F., & Talbert, J. The Destruction of Issue Monopolies in Congress. *American Political Science Review*, 657-671, 1993.

KINGDON, W. John. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston, Little Brown, 1984.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternativas and public policies*. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.

LAKATOS, Eva e MARCONI, [Marina de Andrade](#). *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2011.

Manual de auditoria operacional. Tribunal de Contas da União. 4.ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2020. Disponível em:

https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf. Acesso em 14 abr. 2023.

Manual de Codificação. BRAZILIAN POLICY AGENDAS PROJECT. Laboratório de estudos sobre a Agenda Governamental Brasileira. Maio de 2019. Disponível em: https://comparativeagendas.s3.amazonaws.com/codebookfiles/CodeManual_Junho_2019_1.pdf. Acesso em 28 abr. 2023.

Mensagem nº 34/2019 – GAG/GAB, de 5 de fevereiro de 2019, encaminhada do governador do Distrito Federal ao presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Políticas públicas; coletânea. Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. Brasília: Enap, 2006. 2 v.

RITTEL, H. W., and M. M. Webber. 1974. Wicked problems. *Manmade Futures* 26(1):272-280.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

RUEDIGER, Marco Aurélio; SILVA, Elizabeth Rosa; RICCIO, Vicente. O papel do tribunal de contas na percepção de gestores públicos de municípios do Estado do Rio de Janeiro. v.32, (set. 2008), p. 144. Acesso em 14 abr. 2023.

SANTOS, Carina Aparecida et al. O Projeto Agendas Políticas Brasileiras: Novos Caminhos na EACH/USP. *Boletim de Políticas Públicas* nº21. Abril de 2022.

SOUZA, Celina. Coordenação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018.

WU, Xun. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014

MIGNONE, Ricardo e MANFRINI, Sandra. Roriz vira o jogo e está praticamente reeleito no Distrito Federal. *Folha online*. Brasília, 27 out 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41586.shtml>.

Eleições 2002 Distrito Federal – Resultados. Folha online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/estados-df.shtml>.

Arruda é eleito governador do DF. G1. Brasília, 1º out 2006. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1293938-6290,00-ARRUDA+E+ELEITO+GOVERNADOR+DO+DF.html>

Agnelo Queiroz é eleito governador do Distrito Federal. G1. Brasília, 31 out 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/agnelo-queiroz-e-eleito-governador-do-distrito-federal.html>.

MORAES, Raquel. Eleito, Rollemberg diz que assumirá DF com dívida de R\$ 2,1 bilhões. G1. Brasília, 26 out 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/eleicoes/2014/noticia/2014/10/eleito-rollemberg-diz-que-assumira-df-com-divida-de-r-21-bilhoes.html>.

Ibaneis Rocha, do MDB, é eleito governador do Distrito Federal. G1. Brasília, 28 out 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/ibaneis-rocha-do-mdb-e-eleito-governador-do-distrito-federal.ghtml>

PULJIZ, Mara. Ibaneis Rocha é reeleito governador do Distrito Federal. G1. Brasília, 02 out 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/eleicoes/2022/noticia/2022/10/02/ibaneis-rocha-e-reeleito-governador-do-distrito-federal.ghtml>

FERRAZ, Ian. Ibaneis Rocha, o governador que mudou a história do DF. Agência Brasília. Brasília, 26 dez 2022. Disponível em:

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/12/26/ibaneis-rocha-o-governador-que-mudou-a-historiadodf/#:~:text=Desde%20que%20foi%20inaugurada%2C%20em,eleito%20indiretamente%20pela%20C%C3%A2mara%20Legislativa>.

12/03/1999: Blecaute deixa dez Estados e o DF sem luz e afeta 76 milhões... Folha de S. Paulo. São Paulo, 12 mar 1999. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/1999/03/12/12399-blecaute-deixa-dez-estados-e-o-df-sem-luz-e-afeta-76-milhoes.htm>.

DISTRITO FEDERAL. Lei n.º 5.418, de 24 de novembro de 2014. Dispões sobre a política de resíduos sólidos e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 27 nov, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo. São Paulo: Arquivo do estado, Imprensa Oficial, 2002.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 44.610, de 12 de junho de 2023. Aprova o Manual de Comunicação Oficial do Distrito Federal: documentos eletrônicos. Manual de Comunicação Oficial do Distrito Federal – documentos eletrônicos. Brasília, DF, 13 jun 2023.

Eleições distritais no Distrito Federal 1998. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_distritais_no_Distrito_Federal_em_1998.

Joaquim Roriz. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roriz-joaquim>

Eleições distritais no Distrito Federal 1998. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_distritais_no_Distrito_Federal_em_2002

José Roberto Arruda. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arruda-jose-roberto>

Rodrigo Rollemberg. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rollemberg-rodriigo>

Agnelo Santos Queiroz Filho. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agnelo-santos-queiros-filho>



idn

Bo
pro
cit
ref
Nos
são

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO